

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MANOELA DONADUCE FLORES**

**AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS INDICADORES DE  
DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL**

**Porto Alegre**

**2014**

**MANOELA DONADUCE FLORES**

**AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS INDICADORES DE  
DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

**Porto Alegre**

**2014**

**MANOELA DONADUCE FLORES**

**AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS INDICADORES DE  
DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 01 de Dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelo Milan – Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Lorena Holzmann  
UFRGS

---

Prof. Dr. Carlos Schmidt  
UFRGS

## RESUMO

O objetivo do trabalho é investigar se a Economia Solidária, frente à economia capitalista, se configura em um campo de enfrentamento e superação das desigualdades de gênero, verificando se a prática da dinâmica produtiva solidária é capaz de modificar a vida das mulheres inseridas nessa lógica, a partir da visibilidade do trabalho da esfera reprodutiva e da revalorização das atividades de reciprocidade e de cuidados. Para tanto, são analisados os indicadores tradicionais de desigualdade de gênero e percebe-se que estes não servem para a Economia Solidária, já que em sua maioria possuem um viés mercadológico, típico da economia capitalista. Assim, unindo a abordagem da Economia Feminista, realiza-se uma avaliação dos indicadores existentes no banco de dados oficial da Economia Solidária no Brasil (SIES), e uma proposição de construção de novos indicadores capazes de relacionar as esferas produtivas e reprodutivas e proporcionar um quadro completo da condição das mulheres na Economia Solidária.

**Palavras-chave:** Desigualdade de gênero. Economia Solidária. Economia Feminista.

## RESUMEN

El objetivo del trabajo es investigar si la economía solidaria, frente a la economía capitalista, se encuentra en un campo de afrontamiento y superación de las desigualdades de género, verificándose si la práctica de la dinámica productiva solidaria es capaz de cambiar la vida de las mujeres inseridas en esta lógica, a partir de la visibilidad del trabajo de la esfera reproductiva y de la revalorización de las actividades de reciprocidad y de cuidado. Para esto, son analizados los indicadores tradicionales de la desigualdad de género y lo que se puede ver es que estos son inútiles para la Economía Solidaria, ya que la mayoría tienen un bias mercadológico, propio de la economía capitalista. De este modo, uniendo el abordaje de la Economía Feminista, realizase una evaluación de los indicadores existentes en la base de datos oficial de la Economía Solidaria en Brasil (SIES), y una propuesta para la construcción de nuevos indicadores capaces de relacionar las esferas productivas y reproductivas, y propiciar un cuadro completo de la condición de la mujer en la Economía Solidaria.

**Palabras clave:** Desigualdade de género. Economía Solidaria. Economía Feminista.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição Territorial.....	52
Gráfico 2 – Distribuição das outras fontes de renda, por tipo .....	58
Gráfico 3 – Segmento econômico e médias de idade (idade média por segmento) .....	60
Gráfico 4 – Segmento econômico e renda média mensal somente vinda do trabalho junto ao EES (renda média mensal por segmento).....	60
Gráfico 5 – Município e segmento econômico.....	62

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Raça/etnia .....	53
Tabela 2 - Idade .....	53
Tabela 3 - Estado Civil .....	53
Tabela 4 – Qualificação .....	54
Tabela 5 – Violência.....	54
Tabela 6 – Maternidade .....	54
Tabela 7 – Cuidados Pessoais.....	55
Tabela 8 – Pessoas sob cuidado.....	55
Tabela 9 – Porcentagem do tempo com o trabalho doméstico e de cuidados com a família ...	56
Tabela 10 – Segmento econômico.....	56
Tabela 11 – Renda média mensal somente vinda do trabalho no EES.....	57
Tabela 12 – Outras fontes de renda .....	57
Tabela 13 – Local da produção.....	58
Tabela 14 – Propriedade dos equipamentos/ferramentas/instrumentos utilizados na produção .....	59
Tabela 15 – Porcentagem do tempo para o trabalho junto ao empreendimento.....	59
Tabela 16 – Município e renda média mensal somente vinda do trabalho junto ao EES (renda média mensal por município) .....	61
Tabela 17 – Local de produção e segmento econômico .....	62
Tabela 18 – Equipamentos utilizados na produção e segmento econômico.....	63
Tabela 19 – Pessoas sob cuidados e segmento econômico .....	63

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>	
<b>2</b>	<b>A DESIGUALDADE DE GÊNERO, A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAPITALISMO E O DEBATE COM A ECONOMIA FEMINISTA.....</b>	<b>13</b>	
2.1	A CATEGORIA GÊNERO.....	13	
2.1.1	<b>Trajectoria do movimento feminista .....</b>	<b>14</b>	
2.1.2	<b>Definindo gênero.....</b>	<b>15</b>	
2.2	PATRIARCADO E CAPITALISMO .....	18	
2.2.1	<b>O Patriarcado no Brasil .....</b>	<b>20</b>	
2.3	A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAPITALISMO.....	21	
2.3.1	<b>As mulheres no mercado de trabalho brasileiro.....</b>	<b>22</b>	
2.3.2	<b>As mulheres gaúchas no mercado de trabalho .....</b>	<b>24</b>	
2.4	O DEBATE COM A ECONOMIA FEMINISTA .....	26	
<b>3</b>	<b>A ECONOMIA SOLIDÁRIA .....</b>	<b>28</b>	
3.1	TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO .....	28	
3.2	AS DIFERENTES VISÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O .....	COMPORTAMENTO ECONÔMICOS .....	32
3.3	A ORGANIZAÇÃO SOLIDÁRIA .....	36	
3.4	A CRISE ECONÔMICA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL .....	38	
3.4.1	<b>Alguns dados da Economia Solidária no Brasil.....</b>	<b>40</b>	
<b>4</b>	<b>AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS GERAIS.....</b>	<b>42</b>	
4.1	AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	42	
4.1.1	<b>Alguns exemplos de experiências associativas femininas .....</b>	<b>43</b>	
4.1.2	<b>O sentido dos princípios organizativos da Economia Solidária no processo de igualdade de gênero.....</b>	<b>44</b>	
4.1.3	<b>A situação das mulheres na Economia Solidária do Brasil .....</b>	<b>46</b>	
4.1.4	<b>A situação das mulheres na Economia Solidária do Rio Grande do Sul.....</b>	<b>49</b>	
<b>5</b>	<b>AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS INDICADORES DE DESIGUALDADE DE GÊNERO: AVALIAÇÃO E PROPOSIÇÃO.....</b>	<b>51</b>	



5.1	AVALIAÇÃO DO EXEMPLO ASSOCIATIVO GAÚCHO.....	51
5.1.1	<b>O perfil das mulheres e as esferas domésticas e de produção solidária .....</b>	<b>52</b>
5.1.2	<b>Cruzamento de variáveis .....</b>	<b>59</b>
5.2	CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE NOVOS INDICADORES .....	64
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>
	<b>ANEXO A – Fichas de Informações das Trabalhadoras.....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa deste trabalho centra-se na questão da desigualdade de gênero, oriunda do patriarcalismo e reforçada pelo capitalismo, investigando se esta desigualdade permanece presente na Economia Solidária no Brasil. O diferencial da pesquisa está na ação das mulheres na Economia Solidária, juntamente com o debate da Economia Feminista, a partir da visibilidade do trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, no trabalho doméstico e de cuidados, e a relação com o trabalho na dinâmica produtiva solidária.

A partir da radicalização da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, onde a mulher tradicionalmente se mantém no espaço privado, ou seja, no lar, com a responsabilidade da reprodução social e trabalhos domésticos, e o homem tradicionalmente na esfera produtiva, pública e política, é possível perceber a desigualdade de gênero como consequência dessa divisão. O trabalho necessário para a reprodução da vida (ou da força de trabalho), a cargo das mulheres, não aparece como trabalho. É, portanto, invisível e, como não gera valor monetário para o mercado, não é reconhecido. Além disso, quando as mulheres também trabalham na esfera produtiva, elas acabam acumulando uma dupla jornada de trabalho, tendo uma média maior de horas trabalhadas em relação aos homens, horas estas menos valorizadas e não remuneradas.

A Economia Feminista questiona essa situação e denuncia a abstração da teoria econômica convencional, que deixa de lado uma parte importante da realidade concreta da produção e reprodução da vida em sociedade. Dessa maneira, procura mostrar que para a garantia da vida é necessário muito mais do que as relações mercantis, e por isso propõe a ruptura com a lógica capitalista.

Nessa perspectiva, a Economia Solidária assume uma importância estratégica na construção de uma alternativa para a superação do capitalismo, já que procura se apoiar na solidariedade e no trabalho cooperado e busca se organizar de forma autogestionária. A partir dos princípios da não divisão entre quem efetivamente produz e quem se beneficia dos resultados da produção, pretende adotar a colaboração e o reconhecimento social e econômico das iniciativas associativas para produzir, comercializar e consumir, possibilitando a integração entre o saber e o fazer. Os princípios de sustentabilidade econômica, social, política, cultural, ecológica e territorial fazem da Economia Solidária uma proposta concreta de transformação social, oposta ao capitalismo.

Por isso, nela as mulheres e os homens podem, potencialmente, melhor dividir seu tempo para os cuidados e produção. Entretanto, essa responsabilidade com o trabalho

doméstico e de cuidados aparentemente continua com as mulheres, fazendo com que mesmo operando na Economia Solidária, os empreendimentos femininos sejam os menores em termos de produção e os mais vulneráveis do ponto de vista econômico. Segundo dados do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), os empreendimentos de mulheres ainda estão centralmente nos segmentos da alimentação, confecção, artesanato e reciclagem, configurando quase que uma extensão do aprendizado e da prática do trabalho doméstico.

Mesmo possuindo esse viés de transformação, a Economia Solidária está inserida na sociedade capitalista. Por isso, muito do comportamento machista se reproduz dentro da Economia Solidária. Por exemplo, os resultados do 2º Mapeamento e Cadeias Produtivas Solidárias no Estado do Rio Grande do Sul, elaborado pela Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE) em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), comprova a existência dessa desigualdade. Segundo esse levantamento, com relação às atividades do lar, constatou-se que 93% dos empreendimentos declararam que as mulheres são as responsáveis pelas tarefas do lar, de cuidar da casa, lavar, cozinhar, etc.; 75% declararam serem elas as responsáveis por cuidar dos filhos, assim como 67,5% são as responsáveis pelo acompanhamento escolar e 68,5% as responsáveis pelo abastecimento de água e alimento da casa.

A fim de verificar a situação das mulheres na Economia Solidária no Rio Grande do Sul e avançar na articulação de políticas públicas que garantam maior visibilidade e viabilidade econômica das iniciativas produtivas femininas, é lançado um olhar crítico sobre os indicadores de desigualdade de gênero presentes no banco de dados da Economia Solidária no Brasil. A questão que orienta o trabalho é a seguinte: seriam estes indicadores suficientes para proporcionar um retrato verdadeiro da disparidade da condição de vida das mulheres em relação à dos homens nesta forma de organização? Isto é, existe avanço mensurável quando comparado à economia capitalista?

Assim, o objetivo geral do trabalho é investigar se a Economia Solidária modificou a vida das mulheres do ponto de vista do gênero, frente à economia capitalista, em particular no que tange a uma amostra de empreendimentos femininos no Rio Grande do Sul. Analisando questões da esfera produtiva e doméstica, pretende-se questionar se as desigualdades de gênero continuam presentes mesmo na dinâmica da Economia Solidária, a qual se configura numa alternativa de transformação da sociedade capitalista rompendo com as desigualdades reproduzidas por esse sistema fundado na opressão e exploração. Para tanto, este trabalho analisa os indicadores tradicionais de desigualdade de gênero e percebe que estes não servem

para a Economia Solidária, já que em sua maioria possuem um viés mercadológico, típico da economia capitalista, focando os dados no mercado de trabalho.

Nesse sentido, os objetivos específicos compreendem entender o que é desigualdade de gênero, como ela se manifesta na sociedade moderna e quais são suas origens; contextualizar o surgimento da Economia Solidária como resgate da luta das trabalhadoras e trabalhadores no mundo e seu exercício no Brasil e também no Rio Grande do Sul; identificar a Economia Feminista e perceber porque ela está fora da teoria econômica tradicional; verificar quais são os indicadores de desigualdade de gênero no banco de dados oficial da Economia Solidária no Brasil e comparar com os que já existem a respeito do mercado de trabalho tradicional.

A importância dessa pesquisa se dá pelo fato de haver poucos dados diferenciados por gênero dentro da Economia Solidária, ainda que grande parte das pessoas que operam nessa economia aparentemente sejam mulheres. Este trabalho é justificado assim pela evidência constatada da informalidade dos grupos femininos dentro da Economia Solidária e a falta de informações mais diversificadas em relação ao perfil socioeconômico dessas mulheres, a fim de que possam ser utilizadas para melhor compreensão da situação e proposição de políticas públicas para transformar esse quadro.

Ao verificar que o trabalho reprodutivo tem características próprias não comparáveis às do mercado, como o afeto, a segurança emocional, a dimensão subjetiva, que também são fundamentais para a sustentabilidade da vida, fica clara a necessidade de indicadores diferentes, que também levem em consideração essa categoria de trabalho.

O trabalho possui quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. O capítulo 2 inicia com uma revisão bibliográfica para conceituar o termo gênero e entender como o capitalismo se apropriou das relações do patriarcado. Além disso, analisa-se a conjuntura da luta feminista, identificando as conquistas históricas e relacionando a divisão sexual do trabalho com alguns números do mercado de trabalho brasileiro e gaúcho, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A Economia Feminista também é contemplada nessa parte utilizando principalmente os escritos da economista espanhola Cristina Carrasco.

Posteriormente, seguindo com a revisão bibliográfica, é a vez de conferir o desenvolvimento da Economia Solidária no capítulo 3. É resgatado o contexto do surgimento deste movimento no mundo e quando ganhou força no Brasil, além de uma caracterização dos princípios organizativos dos empreendimentos econômicos solidários (EES). Para tanto, é

utilizada a literatura existente, como artigos e publicações acadêmicas, além de documentos dos movimentos sociais. Também são observados alguns números do SIES para avaliar empiricamente o perfil e a situação dos EES no Brasil.

O quarto capítulo aborda a inserção das mulheres na Economia Solidária, analisando as possibilidades desta dinâmica estar no campo de enfrentamento e superação das desigualdades de gênero. Lançando mão de uma metodologia empírica, observam-se todos os dados do SIES que possuem recorte de gênero no Brasil, além de um detalhamento maior dessas informações feito pela SESAMPE em parceria com a UNISINOS da condição das mulheres na Economia Solidária do Rio Grande do Sul.

Por último, pretende-se unir a abordagem da Economia Feminista e da Economia Solidária. Realiza-se uma análise de uma proposta de diagnóstico do perfil de mulheres que trabalham na Economia Solidária do Rio Grande do Sul, contendo informações socioeconômicas e da esfera da produção solidária, com intuito de, através dessa amostra, avaliar os indicadores existentes, apontar brevemente suas deficiências e orientar a construção de novos indicadores de desigualdade de gênero específicos para a dinâmica econômica solidária. São utilizados dados primários recolhidos entre os anos de 2012 e 2014 do Projeto “Rede de Economia Solidária e Feminista”, operado pela Guayí, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de Porto Alegre, chamados Fichas de Informações das Trabalhadoras.

## 2 A DESIGUALDADE DE GÊNERO, A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAPITALISMO E O DEBATE COM A ECONOMIA FEMINISTA

Um dos eixos principais deste trabalho reside na análise da situação das mulheres em relação à sua autonomia econômica e emancipação social e cultural, a partir da existência de desigualdades de gênero como característica importante de inúmeras sociedades, modernas e pretéritas. Para tanto, este capítulo inicia resgatando o movimento de mulheres organizadas, através de um sucinto apanhado histórico de suas reivindicações, a fim de contextualizar a introdução do estudo de gênero e posteriormente conceituá-lo, registrando o novo curso teórico e de ação que a luta das mulheres contra as opressões, econômicas e não econômicas, ganha a partir de então. Em seguida, são feitas algumas reflexões acerca de quais são e como funcionam as estruturas da sociedade moderna que sustentam essas desigualdades entre homens e mulheres, de maneira que se criem subsídios para a compreensão do *locus* de análise, utilizado neste trabalho para verificar a situação socioeconômica das mulheres, na Economia Solidária – cujo estudo aprofundado é feito no próximo capítulo. Na sequência, alguns números referentes ao Brasil, e outros específicos do Rio Grande do Sul, elucidam as disparidades de gênero ao lançar um olhar na inserção das mulheres no mercado de trabalho capitalista. Por fim, é feita uma breve análise da crítica da Economia Feminista ao estudo das ciências econômicas, a qual é resgatada no último capítulo deste trabalho.

### 2.1 A CATEGORIA GÊNERO

A construção do conceito de gênero surgiu a partir da segunda metade do século XX com a chamada “segunda onda” do feminismo - movimento de mulheres organizadas contra as opressões que sofriam, a fim de avançar, em relação às suas primeiras conquistas – como o direito de votar e ser eleita e, importante de uma perspectiva socioeconômica, ao trabalho remunerado - e adentrar no debate sobre as explicações dessas opressões. Ao lançar um olhar mais profundo na distinção dos gêneros masculino e feminino e nas atribuições representativas e comportamentais a eles vinculadas, de maneira diferente no tempo e em cada sociedade, a análise de gênero é de fundamental importância para entender as desigualdades sociais, políticas e econômicas entre homens e mulheres, notórias desde o surgimento das grandes civilizações, mas que permanecem na atualidade.

### 2.1.1 Trajetória do movimento feminista

Uma breve revisão da trajetória do movimento feminista é relevante para se compreender a evolução da luta das mulheres. É importante perceber como a introdução da categoria gênero na análise das desigualdades socioeconômicas modificou as compreensões e as proposições políticas das mulheres, uma vez que o conceito de gênero incorporou as dimensões sociais e culturais às dimensões psico-biológicas das diferenças entre sexo masculino e feminino (MORAES, 1998).

Com relação à representação, foi ao longo do século XVIII que modificações de alguns conceitos da medicina possibilitaram uma outra compreensão do que é ser “mulher”. Através de seus estudos sobre a história da medicina, Thomas Laqueur mostrou que até essa época havia o registro de um único sexo – o masculino; neste caso, a “mulher” era considerada um “macho incompleto” (PEDRO, 2005). Logo, aos poucos se foi substituindo a noção da mulher como versão inferior ao homem num eixo de infinitas gradações para uma na qual a relação entre homens e mulheres era percebida em termos binários; o corpo bissexuado e a nossa ideia de “identidade sexual” – um eu masculino ou feminino – são consequências disso (NICHOLSON, 2000).

A partir do século XIX a organização das mulheres contra as opressões que sofriam se constituiu como um movimento social visível, surgindo a “primeira onda” do feminismo. O centro das reivindicações eram os direitos políticos, sociais e econômicos – como o de votar e ser eleita, o trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança (PEDRO, 2005). Essas primeiras contestações de mulheres organizadas traduziam mais uma exigência por direitos e oportunidades, e argumentava-se que a educação e o voto, por exemplo, as fariam esposas e mães melhores ou que levariam a sua sensibilidade, desenvolvida na esfera doméstica, para o mundo da política (ELSHTAIN, 1974<sup>1</sup> apud OKIN, 2008). Dessa forma, acabavam por legitimar e aceitar a suposição de que a responsabilidade das tarefas do lar e da família é da mulher, e que isso é natural e inevitável (OKIN, 2008).

O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu a partir da segunda metade do século XX e deu prioridade às lutas pelo direito do corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Nesta segunda onda a categoria gênero foi criada (PEDRO, 2005). Ao perceber que as práticas políticas e econômicas são estreitamente relacionadas às estruturas e práticas da esfera doméstica, o

---

<sup>1</sup> ELSHTAIN, Jean Bethke. “Moral Woman/Immoral Man: The Public/Private Distinction and its Political Ramifications.” *Politics and Society*, v.4, n.4, 1974, p. 453-473.

movimento ganhou outra dimensão. O *slogan* “o pessoal é político” surgiu nessa época – ele foi utilizado para ilustrar esse novo curso do feminismo e evidenciar a dicotomia convencional e liberal entre o público e o doméstico (OKIN, 2008).

Além disso, a partir dos anos 1960, a questão da “identidade sexual” baseada apenas em termos biológicos dos corpos do homem e da mulher também foi problematizada. Linda Nicholson coloca que:

[...] ‘um feminismo da diferença’ tende a ser ‘um feminismo da uniformidade’. Dizer que as ‘mulheres são diferentes dos homens desse ou daquele jeito’ é dizer que as mulheres são ‘desse ou daquele jeito’. Mas inevitavelmente as caracterizações da ‘natureza’ ou da ‘essência’ das mulheres – ainda que essa ‘natureza’ ou essa ‘essência’ seja descrita como socialmente construída – tendem a refletir a perspectiva daqueles que as fazem. (NICHOLSON, 2000).

E o conflito aparece quando se percebe que os estudiosos que elaboravam essas caracterizações eram geralmente homens brancos, heterossexuais e pertencentes à classe média. O resultado disso foi a inclusão no movimento feminista dos anos 1970 de mulheres negras, lésbicas e das classes trabalhadoras defendendo sua visibilidade e seus direitos (NICHOLSON, 2000).

### **2.1.2 Definindo gênero**

Quando o feminismo adquire um impacto político maior, a partir dos anos 1980, a construção teórica do conceito de gênero amplia-se e começa a ser difundida nas instituições acadêmicas e nas Universidades do mundo ocidental. Scott (1990) coloca que uma das maiores contribuições do estudo de gênero é a análise histórica que ele carrega, já que a pesquisa sobre as mulheres imporia uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. Além disso, torna-se possível redefinir noções tradicionais de elementos da História ao incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto as atividades públicas e políticas das mulheres no entendimento do percurso histórico.

Dentre a vasta produção teórica feminista elaborada desde então, cabe enfatizar a interpretação feita por Okin (2008, p.306): “Gênero refere-se à institucionalização social das diferenças sexuais; é um conceito usado por aqueles que entendem não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas.” O que chamamos de homem e mulher, portanto, é resultado de relações sociais, econômicas e culturais, e não apenas da condição biológica. A autora acrescenta que a compreensão do



gênero deve passar por uma construção social e política, *relacionada à, mas não determinada pela*, diferença sexual biológica (OKIN, 2008). Segundo Simone de Beauvoir (1974<sup>2</sup> apud OKIN, 2008, p.316) filósofa feminista francesa, ainda na metade do século XX, “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Assim, a grande vantagem que o conceito de gênero trouxe foi a rejeição do entendimento de qualquer tipo de essência à mulher. Ademais, esse conceito “[...] permitiu teorizar com mais destreza as complexas e fluidas relações e tecnologias de poder.” (COSTA, 1998, p.131).

Com respeito à relação de gênero e poder político, Scott (1990) percebe o primeiro como sendo um campo que articula o segundo. A caracterização dos gêneros assentada em aspectos da natureza serve para referenciar a maneira em que a sociedade está organizada e legitimar aspectos do biológico, os quais enraízam comportamentos característicos de homens e mulheres – como, por exemplo, a suposta fragilidade emocional das mulheres. Assim, as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como escreve a autora:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa, fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro. (SCOTT, 1990, p. 27)

Em “A História da Sexualidade”, Foucault (1988) colabora com essa discussão ao analisar os mecanismos de poder associados à repressão sexual ao longo da História. O sexo é visto como um dispositivo de poder que, segundo o autor, desde o século XVI, entrou para o campo da racionalidade, constituindo-se numa ciência da sexualidade. Como consequência da repressão sexual da mulher, desenvolveu-se o conceito de histerização do seu corpo: ele deve estar em permanente comunicação orgânica com o corpo social (através da regulação de sua fecundidade), com o espaço familiar (como elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (constituindo uma responsabilidade biológico-moral). A síntese desse processo é a criação de um estereótipo de mulher representada na imagem da mãe, da esposa frígida, da mulher histérica e nervosa, ou ainda de uma mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas. Essas figuras “anormais” legitimam o controle da sexualidade exercido pela medicina e pela psiquiatria, além de incitar a invenção de patologias: a histerização das mulheres levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos e de seu sexo e se fez em

---

<sup>2</sup> BEAUVOIR, Simone de. *The Second Sex*. Trad. H. M. Parshley. Nex York: Vintage Books, 1974, p.301

nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade (FOUCAULT, 1988).

Nesse sentido, Foucault (1988) traz uma contribuição aos estudos de gênero, pois propõe uma história crítica das subjetividades e problematiza nossas imagens de poder e da produção da verdade. Com isso, o estudo do gênero permitiu sexualizar as experiências humanas, ao reconhecer que o sexo (na dimensão sexual que constitui nossa subjetividade e que habita nossas práticas cotidianas, muito além das relações especificamente sexuais) faz parte constitutiva de nossas experiências, ainda que raramente incorporado enquanto dimensão analítica (RAGO, 1998).

É, portanto, preciso entender as variações sociais da distinção masculino/feminino como relacionadas a diferenças ligadas não só aos estereótipos culturais de personalidade e comportamento (que muitas associam limitadamente ao gênero), mas também às formas culturalmente variadas de se entender o corpo (NICHOLSON, 2000). Por isso,

[...] não se trata apenas de dizer que certas ideias específicas sobre mulheres e homens – ‘as mulheres são cuidadosas em suas relações, capazes de alimentar, proteger e cuidar, enquanto os homens são agressivos e combativos’ – estão sendo generalizadas equivocadamente; [...] estão possibilitando generalizações adicionais sobre o caráter, certos pressupostos sobre o corpo e sobre sua relação com o caráter [...]. (NICHOLSON, 2000)

Ao encontro dessa linha teórica, Machado (1998) em “Gênero, um novo paradigma?” propõe romper com os estudos essencialistas do que é a mulher e do que é o homem e da determinação do biológico sobre o sexo, construindo um novo paradigma. Em suas palavras: “Trata-se da construção de um paradigma que reivindica, radicalmente, o caráter simbólico das relações de gênero e que aponta tanto para uma diferenciação quanto para uma indiferenciação, para um número qualquer de gêneros e para a instabilidade de quaisquer caracterizações” (MACHADO, 1998, p.112). Dessa forma, é importante ultrapassar o raciocínio binário de gênero e abrir nosso olhar para as diferenças e as especificidades do desenvolvimento de cada ser.

Há ainda uma outra consideração com relação ao conceito de gênero: o “Fenômeno de falsa neutralidade de gênero” descrito por Okin (2008). A autora alerta que o uso genérico de termos no masculino não diz respeito a todas nós e acaba por perpetuar a discriminação de gênero. A partir disso, muitos teóricos tentam utilizar termos neutros, como “pessoas” ou “alguém”. Entretanto, estes termos obscurecem o fato de que grande parte das experiências das pessoas depende de qual é o seu sexo, visto que vivemos em uma sociedade estruturada

também por relações de gênero. Assim, ela coloca que isso resulta em uma contínua negligência em relação ao tema profundamente político do gênero, ressaltando que:

A linguagem que eles empregam faz literalmente pouquíssima diferença no que eles fazem, que é escrever sobre homens, e sobre aquelas mulheres que conseguem, a despeito da estrutura de gênero da sociedade em que vivem, adotar padrões de vida que se desenvolveram adaptados aos homens. (OKIN, 2008, p. 311)

## 2.2 PATRIARCADO E CAPITALISMO

Com base nos elementos colocados acima, entende-se que as diferenças não são naturais: são construções sociais. Assim, é preciso entender como a organização da vida sexual, social e econômica gerou historicamente essas desigualdades, analisando os princípios dominantes nas sociedades que alicerçam essas disparidades sociais, culturais e econômicas, e que se fundamentam no patriarcado, no racismo e no capitalismo. Essas três formas de expressão de relações de poder possuem seu pilar de sustentação nas dimensões de gênero, raça e classe (SANTOS, G., 2009).

Para compreender as raízes da desigualdade de gênero, é fundamental lançar um olhar na relação do capitalismo com o patriarcado. Segundo Cristina Carrasco (1998), citando Milet (1969) e Firestone (1973), há duas correntes do feminismo que elaboram diferentes conceitos que se referem ao patriarcado: o feminismo radical, que interpreta o patriarcado como um sistema universal e trans-histórico de estruturas políticas, econômicas e psicológicas através das quais as mulheres são subordinadas aos homens; e o feminismo socialista, que desenvolve uma definição de patriarcado como relação de gênero que se relaciona com o sistema capitalista, de tal maneira que os dois sistemas atuam na sociedade reforçando-se mutuamente (CARRASCO, 1998).

Lindsey German (2006) provoca o debate ao afirmar que as teorias do patriarcado possuem pouca compreensão de como a opressão das mulheres e a natureza da família mudaram historicamente, nem quão divergente são as formas que a opressão assume nas diferentes classes sociais. Semelhante às teóricas feministas marxistas, a autora quer mostrar que não são os homens que se beneficiam da opressão das mulheres, mas o capital. E que a opressão das mulheres continua, porque a sociedade de classes também permanece. As mulheres historicamente foram isoladas em casa – nos interesses do sistema capitalista da reprodução da força de trabalho – sendo a sua função a de servir os seus maridos e suas famílias. Mesmo que o desenvolvimento do capitalismo tenha trazido a maioria das mulheres para o mercado de trabalho e propagado o uso de métodos contraceptivos, o capitalismo não

se tornou “pró” mulheres e “anti” homens: o capital vai usar a ideologia do lugar da mulher estar em casa para impor baixos salários, pouca organização sindical e condições inferiores. Além disso, o trabalho doméstico não remunerado, geralmente feito só pela mulher, permite que os custos de reprodução da força de trabalho sejam muito mais baratos. O significado material disso é então reforçado pelo capitalismo por considerações ideológicas: a ideologia que ampara isso é a de que o auge da realização da mulher é apresentado como sendo a maternidade e o casamento (GERMAN, 2006).

Embora a relação do patriarcado com o capitalismo seja complexa e que autoras da mesma corrente feminista tenham divergências entre si, é importante ressaltar que a submissão das mulheres de fato não pode ser apreendida descolada das outras formas de opressão e exploração que o sistema capitalista impõe. Entretanto, ao deixar em segundo plano a desigualdade de gênero, a teoria feminista marxista acaba por desatentar que a imposição da superioridade dos homens sobre as mulheres (cultura patriarcal) acarreta: na esfera privada, todo o trabalho doméstico e de cuidados que, apesar de serem de extrema relevância para a nossa sobrevivência, é invisível e desvalorizado, além de muitas vezes se configurar em um ambiente de violência contra as mulheres; na esfera pública, com as mulheres ainda ganhando salários inferiores ao dos homens, e com tipos de ocupações que podem ser caracterizadas como uma extensão do trabalho doméstico e de cuidados, como empregada doméstica, professora, secretária, serviços na área da saúde e educação, e entre outras, ainda muito carregadas de machismo, visto que nesses locais as mulheres por tantas vezes sofrem abusos e assédios.

Narvaz e Koller (2006) também discutem a articulação do patriarcado ao capitalismo como sendo uma das possíveis explicações para o sistema social de opressão das mulheres. O triunfo do capitalismo, imperial, neoliberal, militarista e depredador, revela uma das formas mais elaboradas do patriarcado. A partir da dominação, em especial, do corpo e da autonomia das mulheres, o patriarcado mostra sua pior face: seja na violência física, seja na crescente “feminização” da pobreza. Assim, as autoras percebem que não está apenas nos fatores econômicos a possibilidade de emancipação feminina, mas também na necessária ruptura cultural patriarcalista da supremacia dos homens sobre as mulheres (NARVAZ; KOLLER, 2006). Essa é uma percepção que dialoga com os princípios e estratégias que a Economia Solidária possui para a superação do sistema capitalista e também da opressão das mulheres; por isso ela será avaliada nos dois últimos capítulos deste trabalho, onde será pesquisada a condição das mulheres que atuam na Economia Solidária no Brasil.

Para os objetivos deste trabalho, a perspectiva do feminismo socialista parece mais promissora, pois, segundo Beneria (1987) citada por Carrasco (1998), nessa abordagem se reconhecem as virtudes e as limitações da teoria do patriarcado (acolhendo a ideia de que esse *é anterior ao e foi apropriado pelo capitalismo*), mas busca-se integrá-lo numa análise dialética que supere as insuficiências do enfoque marxista e que permitam compreender reprodução humana e a produção econômica como dois aspectos de um mesmo processo (CARRASCO, 1998).

### 2.2.1 O Patriarcado no Brasil

No Brasil, o patriarcado se constituiu como parte do sistema de dominação no período colonial e foi adaptado às condições sociais do Brasil de então, latifundiário e escravagista (SAFFIOTI, 1979<sup>3</sup>; XAVIER, 1998<sup>4</sup> apud NARVAZ; KOLLER, 2006). Essa mentalidade patriarcal, entretanto, ganhou espaço na política brasileira e permaneceu presente no Brasil através do coronelismo e do clientelismo (CHAUÍ, 1989<sup>5</sup> apud NARVAZ; KOLLER, 2006). A legislação elaborada no último século mostra como essa estrutura sedimentou-se formalmente na sociedade brasileira, conforme breve resumo a seguir.

O Código Civil Brasileiro foi criado em 1916 como que um reflexo do esqueleto político, econômico e social do Brasil: patriarcal e paternalista. Naquela época, a mulher casada só poderia trabalhar com a autorização do seu marido. Já em 1934, durante o Governo provisório de Getúlio Vargas, uma nova constituição assegurou o voto da mulher. Mas o trabalho feminino só foi regulamentado pela Consolidação das Leis Trabalhistas em 1941. Apenas em 1962 o Código Civil Brasileiro foi alterado e passou a garantir que mulheres casadas trabalhassem sem a autorização de seus maridos. A Constituição Federal de 1988 e o Novo Código Civil Brasileiro, de 2002, finalmente consolidam os direitos femininos já exercidos na sociedade. Além disso, na tentativa de diminuir a linguagem androcêntrica que existia no Código anterior, termos como “todo homem” foram substituídos por “toda pessoa” (NARVAZ; KOLLER, 2006).

---

<sup>3</sup> Saffioti, H. (1979). *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade*. Rio de Janeiro: Rocco.

<sup>4</sup> Xavier, E. (1998). *Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos.

<sup>5</sup> Chauí, M. (1989). *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil* (4ª edição). São Paulo: Brasiliense.

### 2.3 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CAPITALISMO

Com base no que já foi discutido, compreende-se que as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais e não provenientes de uma causalidade biológica. Por conseguinte, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são dois termos indissociáveis (KERGOAT, 2000).

Danièle Kergoat é uma referência a respeito desse tema. A autora possui como centro de suas pesquisas a divisão do trabalho, as relações sociais de sexo e a centralidade do trabalho na constituição do sujeito sexuado. Ela apresenta a divisão sexual do trabalho como sendo a forma da divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, ressaltando que é uma forma adaptada historicamente e a cada sociedade. Essa forma de divisão do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Ademais, há todo um processo específico de legitimação: a ideologia naturalista, que é enfatizado como sendo o “[...] processo que empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais à ‘papéis sociais’ sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie.” (KERGOAT, 2000, p.1). A teoria da divisão sexual do trabalho reivindica isso afirmando que as práticas sexuais são construções sociais e, portanto, não configuram um dado rígido e imutável (KERGOAT, 2000).

A divisão sexual do trabalho é caracterizada pela destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Considerar essas duas esferas, qual seja, profissional e doméstica, é raciocinar em termos de divisão sexual do trabalho. Mais do que isso, ao relacionar essas duas interfaces, é possível criticar a noção de que o trabalho doméstico é um “apêndice do trabalho assalariado”, conotação percebida no uso de termos como “conciliação de tarefas”, além de tornar o trabalho realizado nessa esfera visível e logo passível de ser valorizado. (KERGOAT, 2000).

Os apontamentos colocados acima são importantes para a construção de um dos principais objetivos deste trabalho: verificar se a Economia Solidária modificou a vida das mulheres do ponto de vista do gênero, frente à economia capitalista. Ora, a Economia Solidária se configura numa alternativa de transformação da sociedade capitalista, uma vez que procura apoiar-se na solidariedade e no trabalho cooperado e pretende organizar-se de forma autogestionária. Assim, ela vai de encontro às premissas estruturantes da economia capitalista por não exercer a divisão entre quem produz e quem se beneficia dos resultados da produção, ou seja, o contrário do que ocorre no capitalismo (exploração daqueles que vendem

sua única fonte de riqueza, a força de trabalho, por aqueles que detêm os meios de produção, os capitalistas). Por isso, na Economia Solidária todos os trabalhos (*a priori*) são valorizados. Logo, os princípios da separação e da hierarquização, descritos pela autora, não deveriam permanecer presentes.

Diante disso, é importante perceber as desigualdades de gênero no mercado de trabalho capitalista, a fim de entender a Economia Solidária como um espaço que as mulheres encontraram para superar (ou amenizar) essas discriminações em relação aos homens. Mais recentemente, com o avanço mundial do capitalismo, verifica-se um aumento do trabalho feminino em diversos países. Ricardo Antunes (2009) em “Os sentidos do trabalho” afirma que o trabalho feminino já passa de 40% da força de trabalho em diversos países. Entretanto, esse trabalho assume formas que o autor denomina de subproletariado: são os terceirizados, subcontratados ou *part-time*. Isso ocorre com a classe trabalhadora em geral, e é fruto de uma reestruturação produtiva do capital que acabou por reduzir o proletariado tradicional, estável e especializado. A flexibilização e a desconcentração do espaço físico produtivo, somados à introdução de máquinas informatizadas, entre outros elementos, promoveram a precarização e a desregulamentação do trabalho humano, traduzidos na expansão de trabalhos parciais, temporários e informalizados. A divisão sexual do trabalho, porém, continua presente: com algumas exceções, percebe-se o trabalho feminino ainda muito frequente nas áreas de *trabalho intensivo*, com níveis mais intensificados de exploração do trabalho, enquanto que o trabalho masculino permanece em áreas caracterizadas como de *capital intensivo*, aquelas dotadas de maior desenvolvimento tecnológico. Com isso, o percentual de remuneração das mulheres segue sendo menor que o dos homens e isso ocorre também em relação aos direitos e condições do seu trabalho (ANTUNES, 2009).

### **2.3.1 As mulheres no mercado de trabalho brasileiro**

Alguns números da desigualdade de gênero no Brasil foram divulgados no trabalho “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira” pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2010. De acordo com essa pesquisa, as mulheres com 16 anos ou mais de idade possuíam, em média, 8,8 anos de estudo – um ano a mais que a média encontrada entre os homens (7,7 anos de estudo), no ano de 2009. Essa maior escolaridade, porém, não é refletida numa melhor condição de inserção no mercado de trabalho. Mesmo as mulheres sendo a maioria na população em idade ativa (PIA),

representando 51,3% da população, elas são vistas no mercado de trabalho ocupando apenas 42,6% da população economicamente ativa (PEA), contra 57,4% de homens, em 2009.

Ainda que a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho venha crescendo nas últimas décadas, o nível de desemprego ainda é maior para elas. Segundo dados do “Retratos da Desigualdade de gênero e raça” elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do total de mulheres com 16 anos ou mais de idade, mais de 20% estavam desempregadas em 2009, sendo dessas 9,2% mulheres brancas e 12,5% mulheres negras. Já o número de homens com 16 anos ou mais de idade que estavam desempregados pouco passou de 10% no mesmo ano. Da parcela da população que estava empregada no ano da pesquisa, 53,2% dos homens possuíam trabalhos formais, enquanto que 48,8% das mulheres se encontravam nessa situação. Com relação às desigualdades raciais, a inserção das mulheres é ainda mais diferenciada: das mulheres brancas com 16 anos ou mais de idade, em 2009, 44% estavam ocupadas em trabalhos informais, enquanto que essa situação passa da metade da população de mulheres negras, com a mesma idade e no mesmo ano, registrando 54,1% de informalidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010).

A análise comparada dos rendimentos recebidos entre homens e mulheres deixa clara mais uma desproporção. Segundo os dados da PNAD, em 2009, o total de mulheres ocupadas recebeu cerca de 70,7% do rendimento médio dos homens ocupados. Um olhar voltado especificamente para o mercado informal evidencia uma diferença ainda maior: as mulheres receberam 63,2% do rendimento médio dos homens. Ao comparar rendimento com escolaridade, a disparidade é ainda mais elevada: as mulheres com 12 anos ou mais de estudo, receberam em 2009, em média, 58% do rendimento dos homens com esse mesmo nível de escolaridade. A análise do relatório do IBGE (2010) aponta que: “Uma possível explicação para isso é que, para o grupo com escolaridade mais elevada, a formação profissional das mulheres ainda se insere nos tradicionais nichos femininos, como as atividades relacionadas ao serviço social, à saúde e à educação, que ainda são pouco valorizados no mercado de trabalho” (IBGE, 2010; p.255). Além disso, percebe-se que essas disparidades pouco foram modificadas entre 1999 e 2009: o percentual de rendimento médio das mulheres de 16 anos ou mais de idade, em relação ao rendimento médio dos homens, segundo os anos de estudo, não aumentou mais que 5% em nenhum grupo (até 8 anos, de 9 a 11 anos e acima de 12 anos de escolaridade).

Ao analisar o número de horas trabalhadas por sexo, também se encontram elementos para a compreensão do porque os rendimentos das mulheres serem menores que os dos



homens: elas possuem uma jornada de trabalho média semanal menor (36,5 horas) que a média dos homens (43,9 horas). Em contraponto, na esfera doméstica, as mulheres dispendem mais tempo que os homens: as horas gastas com o trabalho doméstico e de cuidados representam, em média, 22 horas semanais para elas, contra 9,5 horas para os homens (IBGE, 2010).

Sobre o trabalho doméstico, caracterizado por uma atividade precária e de baixa valorização social, é possível perceber que se configura numa esfera marcada por desigualdade de gênero e raça. Em 2009, 93% das pessoas que trabalhavam nesse tipo de ocupação eram mulheres. Em relação às mulheres negras, do total do seu trabalho, 21,8% estavam ocupadas em trabalho doméstico, enquanto que 12,6% das mulheres brancas estavam nesse tipo de emprego (IBGE, 2010). É importante ressaltar o nível de precariedade do trabalho doméstico: 72,8% não possuíam carteira de trabalho assinada, ou seja, estavam desprotegidas dos direitos trabalhistas e de seguridade social.

### **2.3.2 As mulheres gaúchas no mercado de trabalho**

Um estudo recente realizado pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul (SPM), chamado *Mulheres Gaúchas: indicadores de gênero* (MARTINS, 2014), traz uma série de dados que perpassam questões como inserção no mundo do trabalho e no mundo do conhecimento, diferenciados por sexo. Esse material contribui para a elaboração de uma avaliação da situação das mulheres gaúchas que atuam na Economia Solidária no Rio Grande do Sul – um dos objetivos finais deste trabalho que será apresentado no último capítulo, sendo relevante apreciar os números da desigualdade de gênero no mercado de trabalho tradicional gaúcho ainda nesta sessão.

Em relação à estrutura populacional, os dados do Censo Demográfico de 2010 apontam que as mulheres são 51,3% da população do Rio Grande do Sul (RS) e os homens, 48,7%. A composição da população feminina por cor e raça mostra que 83,76% das mulheres se declararam de cor branca, 10,12% de cor parda, 5,48% como pretas, sendo as restantes declaradas amarelas ou indígenas. No que diz respeito ao trabalho e à renda, a proporção de mulheres no mercado formal de trabalho no RS foi de 44,5% em 2010. Esta participação foi maior do que no total de assalariados do Brasil que, no mesmo ano, registrou um total de 41,6% de mulheres. Através de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2010 verificou-se que, do total de trabalhadoras no setor formal do RS, cerca de 66%

recebiam até três salários mínimos por mês, enquanto a mesma faixa salarial para os homens correspondia a 61% dos trabalhadores. Na outra ponta, os maiores salários (entre 10 e 20 e mais de 20 salários mínimos), observa-se que cerca de 9% dos trabalhadores homens se encontram nessa faixa de remuneração mensal, estando menos de 7% das mulheres na mesma (MARTINS, 2014).

Segundo os dados de escolaridade, os indicadores mostram uma melhor posição das mulheres em relação aos homens: em 2010, nos níveis mais elevados de escolaridade, verificou-se que cerca de 48% das mulheres que atuavam no mercado formal possuíam ensino superior completo, enquanto que para os homens esse percentual foi de 24%; já nos níveis mais baixos de escolaridade, percebe-se que do total das assalariadas apenas 1,25% eram analfabetas ou tinham cursado até o 5º ano de Ensino Fundamental, diferente do percentual de 5,5% do total dos trabalhadores, no mesmo ano e nível de educação (MARTINS, 2014).

O indicador do uso do tempo mostra o número de horas semanais dedicadas ao mercado de trabalho e aos afazeres domésticos da população de 16 anos ou mais de idade em todos os trabalhos. Os resultados evidenciam o peso da dupla jornada de trabalho para as mulheres gaúchas no ano de 2011: apesar da média de horas semanais no mercado de trabalho ser de 38,1 horas para as mulheres e 44 horas para os homens, a média de horas semanais gastas com afazeres domésticos é mais que o dobro para as mulheres, chegando a 21,1 horas contra 10,3 horas dispendidas pelos homens – revelando uma jornada de trabalho semanal total de quase 60 horas para as mulheres, cerca de 5 horas a mais que para os homens (MARTINS, 2014).

O quadro de números apresentados acima permite compreender algumas esferas da desigualdade social estabelecida no país, evidenciando como as categorias de gênero e de raça são as mais afetadas. Moreno e Viudes (2012), integrantes da Marcha Mundial das Mulheres<sup>6</sup>, salientam que a pobreza não se manifesta apenas pela menor aquisição de renda, mas por uma junção de fatores. O acesso ao mercado de trabalho, por exemplo, não deve ser a única garantia que o movimento feminista deve demandar, mas também a defesa de direitos, como forma de garantir uma vida digna e livre (MORENO; VIUDES, 2012). E são justamente esses os pontos que a Economia Solidária, analisada no próximo capítulo, procura priorizar.

---

<sup>6</sup> Movimento de mulheres feministas criado em 2000 que conta com a participação de representantes de vários países e que lutam por autonomia, direito de viver livremente sua sexualidade e por uma transformação radical da sociedade.

## 2.4 O DEBATE COM A ECONOMIA FEMINISTA

O conteúdo das discussões deste capítulo também encontra espaço no debate da Economia Feminista, que apresenta um conjunto de teses que contesta as desigualdades de gênero e colabora para a sua superação. Por isso, seus principais pontos são analisados resumidamente a seguir.

Conforme abordado anteriormente, a “segunda onda” do feminismo surgiu por volta dos anos 1960 e foi marcada pela busca de explicações acerca das diversas opressões sofridas pelas mulheres. A partir dessa época, com a intensificação do movimento feminista e a entrada de muitas mulheres no mercado de trabalho assalariado e nas instituições de ensino superior, a discussão das desigualdades de gênero adentrou o ambiente acadêmico. Várias teorias feministas surgiram desde então e, sem demora, manifestam a crítica metodológica e conceitual das tradicionais teorias que predominam em diferentes disciplinas, denunciando, principalmente, o viés androcêntrico presente na ciência de diversas áreas e a invisibilidade das mulheres como elaboradoras de pensamento científico (CARRASCO, 2008).

A chamada Economia Feminista aparece a partir dessa época nos estudos das ciências econômicas carregando uma análise crítica tanto da perspectiva neoclássica quanto da marxista<sup>7</sup>. A primeira “é acusada de racionalizar os papéis tradicionais dos sexos – tanto na família como no mercado de trabalho – justificar e reforçar desta maneira o *status quo* existente” (HUMPHRIES, 1995<sup>8</sup> apud CARRASCO, 1998). Já o marxismo é avaliado pela suposta neutralidade às questões de gênero, ao focar sua análise nas noções de proletariado, exploração, produção e reprodução, e apresentar uma convergência de interesses econômicos entre homens e mulheres da classe trabalhadora (CARRASCO, 1998). Por conseguinte, percebe-se que em ambas correntes as mulheres são invisíveis nos modelos macroeconômicos e logo o são também na elaboração de políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades que sofrem, ou seja, não há um reconhecimento da mulher como sujeito econômico. Apesar disso, a Economia Feminista não pretende apenas incluir a perspectiva das mulheres nas pesquisas e estudos: procura uma mudança radical na análise econômica convencional e um questionamento dos seus pressupostos básicos, aproximando e integrando a realidade das mulheres e dos homens na reformulação dos principais conceitos econômicos (CARRASCO, 1998).

---

<sup>7</sup> Importante ressaltar que a Economia Feminista não é um conjunto monolítico e que este trabalho utiliza a linha teórica da economista espanhola Cristina Carrasco.

<sup>8</sup> Humphries, Jane (1995). *Gender and economics*. Aldershot, England: Brookfield, Vermont, USA Edward Elgar. p.55

Na origem dessa exclusão das mulheres no estudo da economia estão os pensadores clássicos. Preocupados em interpretar o momento de transição socioeconômica que viviam, por conta do processo de industrialização, suas teorias se centraram na produção de mercadorias orientada para o mercado. Assim, a produção doméstica começa a ser separada da esfera pública e entendida somente no âmbito do autoconsumo familiar. Essa situação se articulava com a consolidação do sistema capitalista generalizado posteriormente, onde a divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico permaneceram ignorados. A partir disso, outras dicotomias são amplamente difundidas com uma estrita separação: o público e o privado, a razão e o sentimento, o trabalho mercantil e o trabalho doméstico, a empresa e a família. Contudo, na teoria clássica ainda é possível perceber o reconhecimento do trabalho doméstico familiar, embora posto como um dever unicamente das mulheres, de forma decisiva na sobrevivência infantil, devido às péssimas condições de vida da época. Apresentam, portanto, uma contradição: enfatizam a importância do trabalho das mulheres na reprodução da população, mas não lhe atribuem nenhum valor econômico, além de afirmar a divisão sexual do trabalho (CARRASCO, 1998).

A escola neoclássica, em seguida, institucionaliza a dicotomia convencional da produção mercantil e da produção doméstica, sendo esta última deixada na marginalidade e na invisibilidade, o que, por conseguinte, ocorre com as mulheres no pensamento econômico. Ao considerar apenas a economia de mercado, sendo esta interpretada de forma autônoma e independente de qualquer outro tipo de trabalho, a natureza da mulher e da família são pressupostos típicos na teoria neoclássica: a mulher é vista exclusivamente como esposa e mãe e o restante dos membros da família, os homens-sujeitos das teorias, aparecem como seres humanos maduros, mas não se explica como chegam a ser assim. Ainda segundo a autora: “A cegueira analítica decorrente desse enfoque não deixa que os *homo economicus* sejam vistos como seres completamente dependentes das mulheres em tudo que se refere às atividades de cuidados, sem as quais eles nem sequer existiriam” (CARRASCO, 2008, p.92).

Diferente da teoria política dos direitos, na qual o objetivo é conquistar direitos iguais entre os sexos – ou seja, fazer com que as mulheres se adaptem ao mundo masculino (modelo dominante) e conquistem espaço nele, a Economia Feminista aponta que a real igualdade entre sexos deve ser alcançada a partir da incorporação da experiência das mulheres (seu reconhecimento e valorização). Dessa maneira, a igualdade de direitos é vista como insuficiente, uma vez que a compreensão dos próprios direitos, e a suposta liberdade advinda através da conquista destes, ainda é determinada por uma estrutura historicamente androcêntrica (CARRASCO, 2008).

### 3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O movimento de trabalhadoras<sup>9</sup> organizadas, a fim de lutar contra os efeitos excludentes do sistema capitalista, não surgiu recentemente. A busca de formas alternativas de sobrevivência à ordem econômica hegemônica é datada ainda da primeira metade do século XIX na Europa como reação à pauperização provocada pela transformação em massa de camponesas em trabalhadoras das primeiras fábricas do capitalismo industrial. A luta contra a miséria causada por baixos salários e péssimas condições de trabalho nesses locais se configurou então em organizações associativistas, as quais deram origem às primeiras cooperativas de trabalhadoras, sejam elas de consumo ou de produção, e se desenvolveram alternativamente tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado. Nas últimas décadas, entretanto, com o fracasso das economias centralizadas e a ascensão do neoliberalismo, há um ressurgimento das práticas associativas e métodos de gestão coletiva como resposta aos problemas do desemprego e da marginalização social<sup>10</sup> (SANTOS, B., 2004).

O conjunto de tais práticas recebe atualmente o nome de Economia Solidária. No intuito de contextualizá-la e caracterizá-la, primeiramente é feita uma retrospectiva histórica a partir das mutações no mundo do trabalho ao longo do século XX, a fim de criar elementos para se entender a alienação e a precarização da classe trabalhadora - resultante desse processo - como uma das principais motivações para a organização associativista. Posteriormente, é esmiuçada a questão econômica e a questão solidária de forma a elucidar esses dois pontos como igualmente importantes na construção e no fortalecimento da Economia Solidária. Na sequência, desenvolve-se uma análise do movimento da Economia Solidária no Brasil.

#### 3.1 TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO

Como a Economia Solidária surge das experiências de associações entre aquelas pessoas despossuídas dos meios de produção (ou capital) - ela integra a classe trabalhadora. A

---

<sup>9</sup> Neste trabalho, o termo “trabalhadoras” se refere tanto a trabalhadoras quanto a trabalhadores. Da mesma forma, outras palavras do gênero masculino serão entendidas com o uso geral das palavras no feminino, exceto em citações ou referências, quando se preserva a maneira original da autora ou do autor.

<sup>10</sup> Apesar deste capítulo não tratar das questões de gênero, salienta-se que, em relação especificamente às trabalhadoras, essa situação caracteriza o fenômeno da feminização da pobreza, a qual é observada no próximo capítulo.

noção ampliada da classe trabalhadora é definida por Antunes (2009, p. 103) como sendo “todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho ao capital”. Adaptando à contemporaneidade, essa definição também inclui o chamado *subproletariado moderno*, ou seja, as *part time*, as terceirizadas, as profissionais autônomas (conhecidas como *freelancers*), assim como todas trabalhadoras da economia informal, além daquelas desempregadas (ANTUNES, 2009).

Posto isso, uma breve visão histórica do capitalismo é relevante para que fique evidente como o foco de análise desta sessão – a Economia Solidária – (re)surge em um contexto de crise estrutural do sistema capitalista de produção, conforme coloca a pesquisa de Benini, Benini e Figueiredo (2007). Esses três autores resgatam o contexto das 1ª e 2ª Revoluções Industriais a fim de caracterizar a intensa exploração do trabalho surgida com a invenção da maquinaria. Antes disso, a produção ainda dependia da compreensão e da destreza da classe proletária. Contudo, com o advento das máquinas, as trabalhadoras ficam cada vez mais submissas ao capital por perderem o controle do processo produtivo como um todo, uma vez que a máquina passa a condicionar o ritmo da produção. Através dos estudos de Karl Marx<sup>11</sup> (1978), os autores sinalizam este fenômeno como sendo caracterizado por: domínio do trabalho vivo pelo trabalho morto, destruição do trabalho concreto que passa gradativamente a assumir a forma de um trabalho abstrato, abrindo caminho para as personificações do capital manipularem todo o processo de reprodução social (BENINI; BENINI; FIGUEIREDO, 2007).

Como consequência, o capitalismo liberal vigorou até o início do século XX, quando em 1929 atravessou uma grande crise. A superprodução ocorrida até então acarretou na quebra da Bolsa de Valores de Nova York e, por conta disso, na adoção de uma série de medidas inspiradas no economista britânico John Maynard Keynes. Tais medidas se configuraram principalmente em políticas públicas regulatórias, com um alto grau de controle do Estado no que diz respeito à produção e à regulação do mercado. Diante disso, o período que se seguiu foi marcado por altas taxas de crescimento econômico, operando próximo ao pleno emprego, além de algumas melhorias nas condições de trabalho - os chamados direitos sociais. Na verdade, tais direitos foram frutos das reivindicações históricas do movimento operário – como o movimento ludista, que propunha sabotar ou destruir as máquinas dentro das fábricas; e o movimento cartista, que lutava por maior participação nas decisões políticas,

---

<sup>11</sup> MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1978.

além da regulamentação do trabalho - pois contribuíram para a construção de uma consciência de classe que, posteriormente, colaborou com o surgimento dos sindicatos das trabalhadoras e a construção de uma cidadania, ainda que regulada pelo Estado, através do trabalho assalariado (BENINI; BENINI; FIGUEIREDO, 2007).

Esse momento histórico teve seu auge no pós-guerra, configurando o chamado Estado de bem-estar social nos Estados Unidos da América e na Europa, e o processo de industrialização na América Latina. No mundo do trabalho, esse período foi marcado por um grande aumento na produtividade através da “cultura fordista”, a qual é marcada por uma alta especialização e unilateralidade no processo produtivo, que se revela na quase exclusiva separação entre o campo intelectual e o manual (ANTUNES, 2009). Esse modelo de produção em massa foi sustentado por uma demanda aparentemente “insaciável” com a euforia do pós-guerra até o início de 1970, quando começa a diminuir seu ritmo. Com a crise do fordismo, o capitalismo precisa se adaptar novamente. Segundo Antunes (1995), citado por Benini, Benini e Figueiredo (2007), essa nova face do capitalismo se verificou em duas frentes: uma dentro da empresa, através de uma reestruturação produtiva, por meio do avanço tecnológico e também de uma mudança nos métodos de controle e gestão da força de trabalho – que culminou na proliferação da “cultura toyotista”; e outra externa, com o intuito de reestruturar as conquistas da classe trabalhadora com a flexibilização das leis trabalhistas.

O toyotismo é a representação das transformações incorporadas dentro das empresas capitalistas. De acordo com Antunes (2009), a produção nesse modelo se sustenta no estoque mínimo, no melhor aproveitamento do tempo (o chamado *just in time*) e na diversificação dos produtos que rapidamente ficam prontos para suprir o consumo. O autor evidencia o diferencial da empresa toyotista (que contrasta com os principais aspectos do fordismo): a crescente interação entre trabalho e ciência, entre execução e elaboração, entre o avanço tecnológico e o maior envolvimento da força de trabalho no processo produtivo. Dessa forma, a operária precisa ser multifuncional e o trabalho se torna mais complexificado, além de ainda mais intensificado, já que incorpora a dimensão do trabalho intelectual abstrato – a lógica produtiva frequentemente obriga a trabalhadora a “tomar decisões”, “analisar situações” e oferecer soluções (em tempo cada vez mais reduzido), de forma a converter-se num elemento de integração na relação equipe/sistema - fazendo aumentar o nível de exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2009).

Esses novos métodos aumentaram a produtividade das trabalhadoras que, somado à introdução de máquinas ainda mais eficientes, diminuiu a necessidade da força de trabalho humana. Logo essa nova tendência do mundo do trabalho é percebida como um

enfrentamento aos direitos trabalhistas anteriormente conquistados, pois o capital agora flexibiliza a própria condição do trabalho, diminuindo a contratação formal e aumentando a subcontratação, ou seja, trabalhos temporários e que não possuem vínculo empregatício perante as leis trabalhistas, a fim de baixar ao máximo o custo de produção pelo componente salário, e elevar o lucro resultante. A consequência disso é uma ampliação do desemprego e do trabalho informal (BENINI; BENINI; FIGUEIREDO, 2007).

Antunes (2009) traz um complemento sobre os efeitos dessa inovação no processo produtivo, salientando que a alienação do trabalho permanece inalterada, ainda que os níveis hierárquicos no interior das empresas tenham sido reduzidos. O maior envolvimento das trabalhadoras e a subjetividade manifestada nas esferas produtivas perpetuam a alienação (ou o estranhamento nas palavras do autor) em relação ao que se produz e para quem se produz. A aparência de maior liberdade no espaço produtivo, sustentada pela ideologia da flexibilização do trabalho,

[...] tem como contrapartida o fato de que as personificações do trabalho devem se converter ainda mais em personificações do capital. Se assim não o fizerem, se não demonstrarem essas ‘aptidões’, (‘vontade’, ‘disposição’ e ‘desejo’), trabalhadores serão substituídos por outros que demonstrem ‘perfil’ e ‘atributos’ para aceitar esses ‘novos desafios’. (ANTUNES, 1999, p.130).

Para entender a aparência que o capitalismo irá apresentar para encarar o problema do desemprego é lançado novamente um olhar no Estado do bem-estar social na Europa (1945-1973), com a intenção de evidenciar as funções do Estado capitalista, através da análise de Henrique Novaes (2011). O autor destaca que, por parte dos capitalistas, havia o interesse em depositar no Estado as funções regulatórias a fim de estabilizar a economia, já que o mesmo deveria se tornar produtor naqueles setores onde o tempo de amortização do capital era muito longo, além de conceder políticas de crédito para estimular o consumo (foi quando a classe trabalhadora passou a fazer parte dos cálculos da demanda efetiva), garantir o pleno emprego e outras condições básicas para as trabalhadoras se “manterem de pé” – prontas para servirem aos capitalistas. Entretanto, citando Przeworski (1989), Novaes (2011) alerta que o Estado raramente se envolveu na produção de bens finais, dedicando-se principalmente às atividades que, à época, não eram lucrativas, como produção e distribuição de energia, transportes e comunicação. Ou seja, não cabia ao Estado concorrer com o capital privado, apenas lhe dar condições para que ele fosse rentável.

Conforme colocado anteriormente, com a crise dos anos 1970, o capitalismo reestruturou seu processo produtivo para que a taxa de lucro decorrente não fosse alterada.



Alguns dos resultados dessas mudanças foi o baixo crescimento econômico, a estagnação do nível de emprego e a exacerbação dos conflitos sociais, principalmente na América Latina nos anos 1980 e 1990. A função do Estado capitalista novamente aparece como um instrumento que sustenta a relação básica entre capital e trabalho (HARVEY<sup>12</sup>, 2005 apud NOVAES, 2011). Adotando as políticas arquitetadas no Consenso de Washington em 1989, os países em desenvolvimento passaram por processos de abertura comercial e financeira, recebendo grandes fluxos de capital estrangeiro e produtos importados no mercado nacional. Diante disso, o excesso de controle e regulações do Estado já não se fazia necessário. Ao contrário, a intervenção estatal agora é taxada como ineficiente – ideologia que serve para sustentar as grandes privatizações ocorridas ao longo dos anos 1990. Além disso, a regulamentação do mercado de trabalho atrapalha o movimento do capital, o qual aprofundou o dismantelamento da estrutura salarial e provocou a perda dos direitos e da proteção social adquirida, agravando a “exclusão social” (SANTOS, T., 2000<sup>13</sup> apud NOVAES, 2011). Esse conjunto de medidas caracterizou a ascensão do neoliberalismo e resultou na destruição parcial ou completa do Estado de bem-estar social num contexto de regressão histórica, do ponto de vista da condição de vida da população de mais baixa renda (NOVAES, 2011).

### 3.2 AS DIFERENTES VISÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O COMPORTAMENTO ECONÔMICOS

A implementação do projeto neoliberal na América Latina a partir da segunda metade do século XX é analisada pelo economista argentino Coraggio (2012) como sendo um esquema imposto com o uso de violência militar - principalmente entre os anos 1960 e 1970, e também por parte das corporações econômicas, que avançou sobre os direitos trabalhistas e negou a política democrática, convertendo-a em uma mera administração das “coisas públicas”. O autor apresenta o período neoliberal como um bombardeio ideológico que assustou a população pela hiperinflação, pela perda de esperança e por toda uma geração de jovens que não encontrou sentido na vida porque não enxergou como se integrar na economia de então (CORAGGIO, 2012). Foi contestando esses efeitos provocados pelo neoliberalismo que o associativismo apareceu nos países da América Latina nesse período, sendo difícil definir uma data mais precisa. Carregando o nome de Economia Solidária, principalmente no

---

<sup>12</sup> HARVEY, D. A teoria marxista do Estado. In: HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

<sup>13</sup> SANTOS, T. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Brasil, ou Economia Social, em outros países da América do Sul, esse movimento representa uma alternativa de resistência daqueles que estão às margens da economia formal, mas que também carrega uma perspectiva de transformação sistêmica.

Para entender como alguns dos comportamentos econômicos causados pelo modo de organização capitalista influenciam certos comportamentos sociais, o autor retoma a explicação da chamada economia formal, a qual elaborou uma definição da questão econômica como aquela que utiliza os recursos disponíveis, como os recursos naturais, que foram postulados como sendo sempre escassos, de forma a otimizá-los da melhor maneira. Colocado assim, o passo seguinte da teoria econômica convencional é propor um modo de resolver esse problema econômico. À nível individual, de uma empresa ou de uma família, essa questão se soluciona através de cálculos que visam a maior utilidade e satisfação dos recursos disponíveis (CORAGGIO, 2012). Adverte-se que, dessa forma, a visão de natureza humana é reduzida a uma questão de escolha racional, como se fosse próprio da conduta humana proceder sempre a partir de um “cálculo utilitário de consequência” (RAMOS, 1989<sup>14</sup> apud FRANÇA FILHO, 2007).

Todavia, na esfera da sociedade essa questão é resolvida no mercado – onde as pessoas e as organizações econômicas estabelecem relações de intercâmbio, comprando e vendendo mercadorias, buscando os maiores benefícios possíveis. Aqueles que tomam as decisões “corretamente”, que possuem a melhor tecnologia, que conseguem ter os menores custos e a maior acumulação, serão os exitosos e assim permanecerão no mercado. O mercado, portanto, necessita de pessoas e organizações egoístas, maximizadoras, oportunistas e, sobretudo, competitivas, que enxerguem seus semelhantes como obstáculos a serem ultrapassados. Ou seja, uma economia de mercado, como discutido abaixo, gera estruturas alienantes, feitichismos que anulam a possibilidade de juízos morais, como o da justiça, já que há um imperativo de acumular para poder inovar, para poder competir. Por isso, um sistema econômico de mercado é individualista e, portanto, não pode ser solidário (CORAGGIO, 2012).

Em vista disso, na Economia Solidária se fala em comércio justo, e não em mercado justo. O mercado é desprovido de uma consciência moral, por isso diz-se que é alienante: os termos do intercâmbio são resultados de um mecanismo entre oferta e demanda que forma o preço, o qual é fixado pelo mercado, e, portanto, não se sabe qual a sua verdadeira composição. Ademais, uma economia de mercado produz uma sociedade de mercado, onde

---

<sup>14</sup> GUERREIRO RAMOS, A. A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações. São Paulo: FGV, 1989.

cada pessoa é identificada a partir do seu sucesso ou fracasso no mercado, pelo que consegue ou não consumir (CORAGGIO, 2012).

Assim como o capítulo anterior deste trabalho estabeleceu condições para perceber a construção dos conceitos de gênero como culturais e sociais, ou seja, que não são naturais e mudam de acordo com a dinâmica das relações sociais, abrindo-se espaço para a possibilidade de transformação. No que diz respeito às desigualdades de gênero resultantes dessa construção - da mesma forma, Coraggio (2012) incita essa revisão de conceitos com relação à teoria econômica formal que seguiu uma orientação teórica para sustentá-la. Em suas palavras:

Uma teoria que permite ver que esta economia não é resultado fatal de um processo natural de evolução humana, mas que foi uma construção, porque aquela teoria, a teoria formal, a teoria neoliberal nos disse que assim é, que pela natureza humana somos egoístas e competitivos, e que a economia tem que terminar sendo, necessariamente, façamos o que façamos, esta economia de mercado. E que a luta histórica da humanidade foi chegar a uma economia de livre mercado. (CORAGGIO, 2012, p. 26, tradução nossa).

Ao encontro dessa percepção, França Filho (2007) vê a Economia Solidária capaz de ultrapassar alguns reducionismos amplamente praticados na teoria econômica convencional, quais sejam:

- a) a redução da ideia de empresa à empresa mercantil: tal modo de pensar não permite enxergar as possibilidades de implementar ações coletivas em torno de um empreendimento produtivo que não possua fins lucrativos e que redefina os parâmetros de gestão comumente utilizados, já que tais organizações econômicas praticam a autogestão;
- b) a redução da ideia de economia à troca mercantil: esse pensamento associa a economia exclusivamente à lógica utilitarista, por isso impede a ampliação do que seja o ato econômico e de seu sentido para a vida em sociedade, não reconhecendo práticas como a Economia Solidária que coloca no centro da elaboração das atividades produtivas a solidariedade;
- c) a redução da ideia de política ao Estado: esse reducionismo não entende a prática da política fora das estruturas do Estado, separando-a da sociedade e a impedindo de resolver os problemas públicos que ocorrem num determinado contexto territorial, negando a autonomia e a ação comunitária;

- d) a redução da ação humana à ação auto-interessada: essa ideia reduz a ação social em termos de escolha racional, e não abre espaço para uma visão mais complexa do ser humano.

A partir do que já foi posto, cabe, afinal, a definição da Economia Solidária. De acordo com Singer (2000), a Economia Solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo – entendido como um modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o trabalho, se tornam mercadorias, apropriadas privadamente. Ao contrário, na Economia Solidária não há separação entre a posse e o uso dos meios de produção. A unidade típica é o empreendimento econômico solidário, que busca seguir os princípios organizativos:

- a) posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam;
- b) gestão democrática e autogestionária, não havendo separação entre quem planeja e quem executa, ou seja, todos os membros do grupo possuem voz e voto, participando igualmente das decisões;
- c) destinação do excedente econômico por critérios acertados entre todas as associadas.

Em vista disso, é possível perceber o caráter potencial anticapitalista da Economia Solidária, já que no momento em que as trabalhadoras são as próprias “donas” dos meios de produção, é possível que desapareça o trabalho não pago, a mais-valia a que se referia Karl Marx. A reprodução capitalista baseada na dominação do trabalho morto sobre o trabalho vivo, dessa forma, é desafiada (BENINI; BENINI; FIGUEIREDO, 2007).

A partir da visão histórica do capitalismo, resgatada anteriormente, compreende-se que há uma tendência estrutural desse sistema a desempregar, excluir e empobrecer ciclicamente parte da classe trabalhadora. O surgimento e o fortalecimento de iniciativas de associação entre as integrantes dessa classe, por conseguinte, reforça a resistência de todas trabalhadoras assalariadas contra a exploração capitalista, no mínimo porque diminui o exército industrial de reserva - que Marx conceituou como um subproduto do aproveitamento incompleto da capacidade de trabalho do proletariado, decorrente do capitalismo (SINGER, 2000). Schmidt (2010) complementa: quando os empreendimentos econômicos solidários se expandem criando trabalho e renda, além de reduzirem o exército industrial de reserva, aumentam o poder de barganha das assalariadas. Isso porque, sendo o capitalismo uma economia de mercado e a força de trabalho uma mercadoria, aos compradores dessa última – as empresas capitalistas – é interessante que haja uma grande quantidade de força de trabalho à venda para que a concorrência acirrada entre ela baixe os preços da mesma. Entendendo que o contrário disso interessa às trabalhadoras, apreende-se a importância da sua auto-organização.

Singer (2000) faz um apanhado dos resultados históricos da construção do projeto de Economia Solidária, ensaiada há dois séculos em diversos países, com os seguintes tipos de organizações:

- a) homens e mulheres vitimados pelo capital se reuniram para produzir coletivamente com o intuito não só de sobrevivência, mas de participar competitivamente do mercado com empresas capitalistas;
- b) pequenas produtoras se associam para comprar e vender conjuntamente, visando economias de escala;
- c) grupos de assalariadas que se reúnem para aquisição de bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala;
- d) pequenas produtoras e assalariadas se associam para juntar suas poupanças em fundos rotativos a fim de obter empréstimos e financiamentos a juros baixos, como as cooperativas de crédito, ou ainda criarem associações de seguros, como as cooperativas de habitação.

Embora existam posições divergentes presentes no debate intelectual sobre questões táticas e estratégicas da Economia Solidária em relação ao tipo de transformação social almejada, é praticamente consenso a percepção de que as participantes dos empreendimentos econômicos solidários buscam, além da geração de trabalho e renda, a participação de todas e todos na gestão e o pleno desenvolvimento pessoal e social (SCHMIDT, 2010), o que será analisado a seguir.

### 3.3 A ORGANIZAÇÃO SOLIDÁRIA

Para elucidar a questão solidária, cabe destacar a linha de pensamento de Gaiger (2008), cujo argumento é que:

[...] as experiências da economia solidária tendem a desenvolver e acionar relações geradoras de vínculos sociais, na mão oposta dos intercâmbios de natureza utilitária e pragmática que interditam tais desdobramentos e seccionam o universo das relações, entre pessoas e grupos, da esfera das trocas materiais. (GAIGER, 2008, p.12).

A partir dos princípios organizativos dos empreendimentos solidários, Gaiger (2008) destaca que a grande relevância da experiência da Economia Solidária é a articulação entre os processos de produção, gestão e distribuição. Ao eliminar a separação entre esses processos, recupera-se o “social” da vida econômica por contestar o predomínio das relações contratuais

e permitir que se misturem os interesses individuais com os coletivos, diferente do capitalismo - no qual “A economia distancia-se das considerações éticas e dos sentidos morais emulados a partir da vida social” (SEN, 1999<sup>15</sup> apud GAIGER, 2008).

Em relação ao princípio da autogestão, Nascimento (2008) coloca que a experiência autogestionária, assim como o associativismo, não é algo recente. A autogestão, apesar de ser uma palavra contemporânea, tem seu sentido originado com a própria ideia do humanismo, uma vez que ela remete à concepção de liberdade, da livre criação e do domínio da natureza que o homem e a mulher sempre almejavam. Recentemente, a prática da autogestão ressurgiu como uma alternativa de gestão pelo encadeamento de alguns fatores: a derrota cultural e material do socialismo estatal, a crise social em todo o mundo capitalista e a revolução tecnológica em curso, que traz consigo uma revolução cultural e civilizatória. Dentre as várias formas e definições do autor em relação à autogestão, salienta-se: “A autogestão da produção diz respeito à organização nos locais de trabalho, à resistência cotidiana dos trabalhadores à organização burocrática do trabalho, à luta constante pelo controle do processo do trabalho.” (NASCIMENTO, 2000).

No interior dos empreendimentos, no nível da produção, a autogestão se configura na relação das trabalhadoras com seus instrumentos e matéria-prima e significa superar o fordismo; na gestão, ela é praticada por meio de instâncias deliberativas, como assembleias das associadas e conselhos gestores, onde todas e todos possuem mesmo poder de participação e decisão; na distribuição dos resultados da produção, seguindo critérios acordados entre todas nas esferas deliberativas. Dessa forma, a alienação que o modo capitalista de produção gera nas trabalhadoras pode ser superada com a prática da autogestão, uma vez que todas as associadas dos empreendimentos solidários conhecem todas as etapas do processo produtivo, e o controlam, bem como participam da organização da produção, reorganizando a divisão do trabalho, e, ao final, são donas do produto do seu trabalho e socializam os saberes produzidos (BENINI; BENINI; FIGUEIREDO, 2007).

A partir disso, os valores praticados na esfera interior dos empreendimentos, como a cooperação, a confiança e a tolerância (crucial para o exercício da autogestão), carregam a possibilidade de transferirem-se também para a esfera do espaço público: a Economia Solidária apareceria como uma difusora de uma “solidariedade democrática” que adentraria nas esferas das decisões políticas, econômicas e sociais do conjunto da sociedade (GAIGER, 2008). E por isso, compreende-se a

---

<sup>15</sup> SEN, A. Sobre ética e economia. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

[...] origem interna para o frequente envolvimento dos empreendimentos em lutas e mobilizações sociais: eles operam no sentido de converter a confiança, cevada no convívio cotidiano, em confiança social, que prescinde do mútuo reconhecimento direto ao apoiar-se na expectativa de correspondência e restituição do equilíbrio entre as contribuições e os benefícios de uns e outros. (GAIGER, 2008; p. 4).

Schmidt (2010) vai além: o autor acredita que o sucesso da Economia Solidária depende da identidade que ela assume e das articulações que constitui com os demais movimentos sociais e que, a partir disso, é possível criar elementos capazes de recompor um modelo de sociedade socialista. A aliança com os movimentos dos sem terra e de pequenos agricultores, por exemplo, acrescentaria a dimensão ambiental ao movimento de Economia Solidária, além de fortalecer a disputa pela terra que, em última instância, é a luta pela sustentabilidade humana e ambiental (SCHMIDT, 2010).

O conceito de solidariedade aparece então nesse contexto contrário ao individualismo generalizado na sociedade, postulando o reconhecimento do “outro” como pessoa (e não como obstáculo ou competidor). Isso implica recuperar uma economia que garanta a reprodução da vida – da vida de todos, não somente daquelas pessoas que alcançam êxito econômico pelos critérios do mercado. Ademais, quando se fala em uma economia que possa assegurar a reprodução da vida, não se trata apenas da vida humana, mas da vida natural, o conjunto da natureza, na qual nos incluímos (CORAGGIO, 2012). Esses preceitos estão no centro do debate da Economia Feminista, que será retomada no último capítulo.

### 3.4 A CRISE ECONÔMICA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil, o histórico do cooperativismo também é datado no final do século XIX com as primeiras cooperativas fundadas em São Paulo e Minas Gerais por volta de 1887. Entre momentos de crise econômica e incentivos governamentais, como políticas de crédito e regulamentação específica, as cooperativas brasileiras foram gradativamente crescendo no país. Mas a chamada Economia Solidária, que integra o associativismo e o cooperativismo, aparece com maior visibilidade somente a partir da crise do desemprego, na década de 1980, tomando um impulso maior por volta da segunda metade dos anos 1990, quando o país se encontra em uma crise econômica (CULTI, 2004).

A alta inflação que assolava o país desde o final dos anos 1970 decorria, entre outros fatores, das crises do petróleo (em 1973 e 1979), mas também pelo encadeamento de alguns efeitos que o endividamento, adquirido através do financiamento externo feito para custear políticas de investimento em infraestrutura e na indústria de bens de capital, provocou no país,

como o aumento do passivo líquido do Brasil em cerca de 30 bilhões de dólares ao final do Regime Militar. O nível geral de preços chegou a subir 220% entre 1983 e 1985. Nesse contexto, os anos 1980 e 1990 foram marcados pela adoção de políticas que visaram o controle da dívida externa e o combate à inflação, como o Plano Cruzado (1986), o Plano Brasil Novo (1990) e o Plano Real (1994). Entretanto, a prioridade da ação do Estado nessas medidas acabou por deixar de lado políticas de amparo social, como a geração de emprego e a melhoria nos rendimentos da classe trabalhadora.

Essa conjuntura incitou vários movimentos sociais a se organizarem e reagirem contra o desemprego e as péssimas condições de trabalho – destacando-se o movimento sindical que tomou força nesta época. Ricardo Antunes (2009) coloca que o trabalho precarizado atingiu o Brasil após a enorme expansão do seu proletariado industrial – no período de industrialização do país, que teve início na Era Vargas (1930-45), continuidade nos anos de redemocratização (1945-64) e nos governos do Regime Militar (1964-85) – mas que recentemente presencia-se um processo de *desindustrialização* e *desproletarização*: a expansão do trabalho terceirizado, temporário, informal.

A *desindustrialização* é um processo de perda da participação da indústria de transformação, através da queda do emprego e do produto industrial no total da economia brasileira. De fato, é constatada que a participação do emprego industrial no total do emprego formal está em queda acentuada, passando de 27% em 1986 para 17,86% em 2009 (CRUZ; SANTOS, 2011). Logo, o fenômeno da *desproletarização* pode ser entendido também por esse contexto de uma transformação no mercado de trabalho, no qual o setor terciário recebe cada vez mais trabalhadoras e, caracterizado por integrar o comércio e a prestação de serviços, acaba por abranger todo o trabalho informal. Além disso, ocorreram muitas privatizações ao longo dos anos 1990 de várias das empresas estatais criadas no período de industrialização do Brasil – espelhando-se no receituário neoliberal, adotado no país após o Consenso de Washington, que recomendou uma abertura total do mercado à economia globalizada. Esse processo caracterizou um período de demissões em massa de trabalhadoras, uma vez que essas empresas passaram a ser coordenadas por capital privado, que visa acima de tudo uma taxa crescente de lucro e, portanto, uma diminuição de custos, como os salários. Nessa mesma onda de medidas, a abertura do mercado interno às importações, somada a um (curto) período de valorização da moeda nacional frente às moedas estrangeiras, que aumentou o poder de compra dos consumidores brasileiros, enfraqueceu a estrutura produtiva interna, acarretando na quebra de inúmeras indústrias no país.



As primeiras experiências de Economia Solidária manifestaram-se nesse contexto com o surgimento de movimentos de operários que se uniram e tomaram posse da massa falida das empresas em que antes trabalhavam – caracterizando as primeiras cooperativas de produção do Brasil (SINGER, 2000). Sem demora, foi criada a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG), a qual reuniu essas experiências e se tornou referência metodológica na construção de novas relações de trabalho. Em seguida, essas práticas adquirem força e visibilidade na sociedade brasileira e outros setores começam a se interessar pelo tema. Surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITPC), no âmbito das Universidades, que se dedicam a organizar cooperativas populares e oferecer assessoramento técnico às mesmas. Destaca-se também a Rede Unitrabalho, uma Rede de Universidades voltada a pesquisar e desenvolver ações referentes ao mundo do trabalho e a Agência de Desenvolvimento Solidário vinculada a Central Única dos Trabalhadores (ADSCUT).

Em 2003 ocorrem dois importantes acontecimentos para a Economia Solidária no Brasil, ambos resultados da III Plenária de Economia Solidária, que contou com 800 delegados de todos os Estados: a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho, para coordenar a ação governamental de apoio e fomento da Economia Solidária; a fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que representa a organização a nível nacional do movimento.

### **3.4.1 Alguns dados da Economia Solidária no Brasil**

O Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), desenvolvido pela SENAES em parceria com o FBES, divulgou recentemente dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, finalizado em 2013, que conta com informações de 19.708 empreendimentos econômicos solidários (EES) mapeados em todas as regiões do país, entre os anos de 2010 e 2012. Desses, constatou-se que a maioria está na Região Nordeste (40,8%), seguida da Região Sul (16,7%) e Sudeste (16,4%), posteriormente as Regiões Norte (15,9%) e Centro Oeste (10,3%). Do total dos EES entrevistados, a maior parte está formalizada, sendo 60% dos grupos organizados na forma de associação, 8,8% são cooperativas e 0,6% sociedades mercantis. Os grupos informais representam o restante 30,5%.

Em relação à área de atuação, mais da metade dos EES atua no meio rural, representando 54,8%, contra 34,8% do meio urbano. O restante, considerados empreendimentos ao mesmo tempo rural e urbano, compreendem 10,4% do total. Ao encontro

dessa informação, a categoria social das pessoas associadas é predominantemente a agricultura familiar (55%), seguida dos artesãos (18%). O restante dos 27% distribui-se em catadores de material reciclável, trabalhadoras autônomas e outras. Já as atividades econômicas mais exercidas são a produção e a comercialização, que somam quase 70% do total dos grupos. Em seguida, empreendimentos de consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios representam 20%, sendo o restante dos grupos distribuídos nas atividades de prestação de serviço, trabalho a terceiros; troca de produtos ou serviços; poupança, crédito ou finanças solidárias.

Quando questionados sobre os resultados da atividade econômica, sem contar as doações de recursos, caso existam, percebeu-se que praticamente a metade dos empreendimentos mapeados encontra-se com problemas de viabilidade econômica: apenas puderam pagar as despesas e não ter nenhuma sobra (7.406 EES) ou não deu para pagar as despesas (2.237 EES). Somente cerca de um terço dos empreendimentos disse conseguir pagar as despesas e ter uma sobra/excedente. Ainda, em outra pergunta sobre a necessidade de financiamento, aproximadamente 70% dos EES afirmaram que precisavam de suporte financeiro no momento.

Dentre os empreendimentos de produção, que totalizam 11.081 EES, a renda obtida pelo trabalho no EES representa a fonte principal de renda para somente cerca de 30% desses EES, sendo o restante aqueles empreendimentos em que a renda é apenas uma complementação de rendimentos recebidos em outras atividades (trabalho assalariado, programas sociais, pensões, aposentadorias e etc.).

Em relação aos espaços de articulação, como redes ou fóruns, cerca de 60% dos empreendimentos responderam não participar desses espaços. Já sobre a relação dos empreendimentos com movimentos sociais, populares ou sindicais, aproximadamente 60% dos EES respondeu que tem alguma relação com essas esferas de mobilização. Além disso, em torno de 45% dos EES participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária.

Aos 19.708 EES do SIES estão associadas 1.423.631 pessoas, uma média de 72 pessoas associadas por EES. Finalmente, com relação ao tema central deste trabalho, a distribuição de sócios e sócias por sexo mostra um predomínio dos homens (56,4%) em relação às mulheres (43,6%). Os outros dados diferenciados por sexo são analisados na próxima sessão, na qual se dá o enfoque na condição das mulheres na Economia Solidária no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul.

## 4 AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ASPECTOS GERAIS

Levando em consideração o que foi colocado sobre a Economia Solidária, é possível percebê-la como um espaço onde as desigualdades de gênero não deveriam se manifestar. A partir dos princípios da produção, gestão e distribuição coletiva e autogestionária, tornam-se praticáveis relações sociais solidárias no ambiente econômico e se revalorizam as atividades de reciprocidade e de cuidar dos outros. Assim, essas experiências conseguiriam mostrar que certas funções não são “virtudes” femininas e logo as disparidades nas atribuições representativas entre homens e mulheres podem ser revertidas – desde que se admita que tais funções dependam de uma responsabilidade compartilhada, um dos fundamentos da Economia Solidária. Dessa forma, essas novas práticas econômicas carregam um potencial de serem precursoras de transformações sociais, e por isso se faz necessário analisar o lugar e o papel das mulheres nesse movimento que está emergindo com força atualmente (GUÉRIN, 2003).

### 4.1 AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em “Sociologia econômica e relações de gênero”, Guérin (2003) resgata as iniciativas associativas femininas - que com frequência são negligenciadas e esquecidas pela História - como igualmente antigas, datadas no final do século XIX. A autora coloca que os grupos organizados de mulheres foram decisivos para o movimento associativo francês: de forma pragmática, os coletivos femininos responderam às principais carências dos pobres da época, quais sejam, as doenças (tuberculose em especial), as moradias insalubres e o analfabetismo. Essas experiências femininas, ao longo do tempo, darão origem aos abrigos e centros sociais, além de representarem o embrião da profissionalização e do reconhecimento de alguns trabalhos como culturalmente femininos na contemporaneidade.

Mais recentemente, diante do fenômeno da feminização da pobreza, da dupla jornada de trabalho que as mulheres vivem (entre a vida familiar e a profissional) e da dificuldade de acesso à propriedade e ao crédito, as mulheres são as primeiras a perceberem os benefícios da auto-organização. A Economia Solidária aparece então como uma forma de aliviar o cotidiano das mulheres, pois as práticas de compartilhar as “obrigações” de cada uma reduzem o peso desse trabalho realizado quase que exclusivamente por elas (GUÉRIN, 2003).

#### 4.1.1 Alguns exemplos de experiências associativas femininas

Um estudo feito por Freitas (2008) aborda essas experiências de socialização do trabalho doméstico em três países da América Latina, predominantemente nas áreas da alimentação e nutrição. Os experimentos são: Comedores Populares (Peru e Argentina), Vaso de Leche (Peru) e um Refeitório Coletivo do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST / Brasil) – cujas atividades básicas são servir refeições (ou aveia e leite preparado) às famílias pobres da comunidade local. Na Argentina, ainda cuida-se de crianças e realizam-se capacitações, configurando um espaço de fortalecimento e de conscientização, à semelhança do que ocorre na experiência do Brasil.

Em comum, todas as experiências surgiram num contexto de enfrentamento à crise econômica a partir do final do século XX, durante a qual a miséria e o desemprego afetaram grande parte da população. A fim de superar o problema da fome (de sua família e das comunidades ao redor), as mulheres se organizaram e fundaram essas associações de trabalho cooperado. Mais do que isso, tais práticas acarretaram uma série de impactos na vida das próprias mulheres envolvidas nessas associações:

- a) aliviam a carga do trabalho doméstico, uma vez que elas conseguem organizar melhor suas atividades dentro e fora de casa, além de já possuírem as refeições diárias garantidas (no caso dos restaurantes populares), mesmo nos dias em que não trabalham, por um preço menor do que o do mercado;
- b) melhoram a autoestima, na medida em que elas valorizam suas ações domésticas no reconhecimento e pertencimento coletivo (que não o familiar);
- c) tornam-se protagonistas de uma ação coletiva e se identificam como agentes de transformação social, avançando no espaço público e político.

Entretanto, ainda é notória a vulnerabilidade econômica dos empreendimentos femininos. A falta de remuneração nas duas experiências do Peru e o baixo retorno financeiro na Argentina fazem com que as mulheres ainda vivam uma situação de dependência econômica em relação aos seus parceiros ou a outros familiares. Muitas vezes elas precisam realizar outros trabalhos (assalariados ou informais), o que contribui para a precarização do trabalho das mulheres com uma jornada de trabalho diária elevada. Várias entrevistadas ainda relataram que os seus companheiros não ajudam dentro de casa com questões de limpeza e cuidado com as filhas e filhos. Ademais, percebe-se que as mulheres continuam ligadas às atividades de reprodução da vida, próprias do espaço doméstico (FREITAS, 2008).

Embora a autora aponte esses obstáculos à autonomia feminina e à igualdade de gênero, essas experiências associativas proporcionam contribuições nessa direção. Os exemplos expostos mostram a amplitude e a importância do trabalho de cuidados para toda a sociedade e, sobretudo, o reconhecimento e a incorporação das experiências das mulheres - além de dar visibilidade à sua capacidade de organização e conquista: em 2007, estipulou-se a existência de cerca de 7 mil Comedores Populares no Peru, os quais envolviam mais de 130 mil mulheres. O programa Vaso de Leche, a partir da intensa mobilização das mulheres, transformou-se em Lei já em 1985, ampliando sua cobertura ao plano nacional – em 2003 o programa atendia cerca de 5 milhões de pessoas no país. Na Argentina as trabalhadoras dos Comedores Populares recebiam do governo uma ajuda de 150 pesos argentinos por mês, no ano de 2006, os quais também estão espalhados pelo país. O assentamento do Refeitório Coletivo do MST, no Brasil, era composto por 24 famílias em 2006 que recebiam investimentos do governo federal e estadual para melhoria de suas condições econômicas e sociais (FREITAS, 2008)<sup>16</sup>.

É importante ressaltar que essas iniciativas também carregam o debate da soberania alimentar, definido pela Via Campesina como sendo “o direito dos povos, de seus países ou união de Estados, de definir sua política agrária, sua política alimentar e suas práticas de comércio, sem *dumping* ante países terceiros, e servindo-se dos direitos das pessoas a uma produção segura, saudável e ecológica” (Altea, 2007<sup>17</sup> apud Freitas, 2008, p.35). Dessa maneira, como colocado no capítulo anterior, nota-se a importância da articulação da Economia Solidária com outros movimentos sociais para o fortalecimento de práticas que contestam o sistema capitalista, como é o caso dos movimentos dos sem terra e de pequenos agricultores.

#### **4.1.2 O sentido dos princípios organizativos da Economia Solidária no processo de igualdade de gênero**

À medida que a Economia Solidária apresenta uma opção diferente do fazer econômico, o exercício dos seus princípios organizativos rejeita alguns dos efeitos que a economia capitalista produz e, portanto, contesta a divisão social do trabalho, pois não há

---

<sup>16</sup> Para maiores informações sobre os Programas Comedores Populares do Peru, ver Carmen Lora (1996) e Sandra Altea (2007); sobre o Vaso de Leche, Miguel Bustamante (2003); sobre Comedores Populares na Argentina, Madalena Nisma (2006); Refeitório Coletivo do MST, Iracema Moura e Pedro Ramos (2006).

<sup>17</sup> ALTEA, Sandra González. *Las mujeres organizadas en Comedores Populares y su defensa de La Soberanía Alimentar*. Trabalho de conclusão do curso “Economia Feminista: uma visão anti-sistêmica”. Rente, 2007.

separação entre os donos dos meios de produção e aqueles que os manejam e, logo, as figuras do “patrão” e do “empregado” desaparecem ao se confundirem na figura da trabalhadora autônoma. Rejeita também, ou deveria rejeitar, a divisão sexual do trabalho, já que o exercício da autogestão contribui para que a divisão de funções e tarefas, tanto no meio produtivo quanto em outros locais coletivos, seja orientada de acordo com a opinião de todas envolvidas no grupo. Possibilita igualmente que a desigualdade de salários ou de remuneração por sexo seja superada, assim como o fenômeno da feminização da pobreza, uma vez que a distribuição do excedente econômico também segue o princípio de horizontalidade das decisões, ou seja, sem uma hierarquia de poderes ou de posses.

No momento em que as mulheres possuem um espaço com igual autoridade para exporem sua voz e seu voto, a prática da autogestão colabora para que elas se tornem protagonistas também na esfera pública. O trabalho autônomo e cooperado contribui para isso, pois permite às mulheres, e também aos homens, uma melhor gestão do seu tempo: da esfera econômica (produção) e das necessidades humanas (reprodução, cuidados, afetos, relacionamentos). Assim, elas podem participar na elaboração de políticas públicas, empenhar-se para modificar as instituições que ainda possuem uma estrutura patriarcal, apontar mudanças na legislação, expressando elas mesmas suas reivindicações e imprimindo no fazer político suas experiências vivenciadas no ambiente privado. Ao encontro desse pensamento, Culti (2004) ainda acredita que as mulheres humanizam o cotidiano do trabalho produtivo, pois entendem melhor as faltas, atrasos ou outros problemas, como responsabilidades inerentes na construção do bem viver.

Dessa forma, além de trazerem à tona a valorização do trabalho doméstico e de reprodução da vida, a bagagem cultural do trabalho das mulheres exercido nessa esfera desafia o movimento de Economia Solidária a também relativizar a dimensão do tempo. Por um lado, coloca-se no centro do debate a necessidade de um maior tempo social – para a sustentabilidade da vida e o bem-estar das pessoas. Do outro lado, abre-se o caminho para a discussão da redução da jornada de trabalho na esfera produtiva, assim como o próprio questionamento da velocidade do crescimento e desenvolvimento econômico que atualmente o capitalismo impõe na sociedade, ainda muito distante de atingir todas as pessoas de forma igual. Essa redefinição de ritmo de vida aliada à valorização de práticas de reciprocidade, ainda possibilita que as desigualdades intrafamiliares, de ocupações/obrigações e rendimentos, possam ser questionadas e transformadas (GUÉRIN, 2005).

Apesar de reconhecer alguns avanços em relação à desigualdade de gênero ao longo das últimas décadas, Guérin (2005) afirma que a divisão sexual das obrigações familiares -

tanto o cuidado com pessoas dependentes (crianças e idosos), quanto o trabalho doméstico (sobretudo a alimentação, higiene e limpeza) continua desigual. As mulheres permanecem responsáveis por quase a totalidade dessas funções, mesmo contando com o auxílio de políticas públicas que muitos Estados concedem para ajudar uma parte das necessidades das famílias mais pobres de seus países - como é o caso do Programa Bolsa Família no Brasil, que transfere às famílias beneficiadas renda direta, preferencialmente às mulheres, aliviando sua vulnerabilidade econômica. Entretanto, elas ainda têm sua liberdade individual sacrificada, uma vez que as responsabilidades dos cuidados e da reprodução da vida lhes são instituídas como um verdadeiro dever, não dando espaço para escolhas pessoais que sejam diferentes dessas ditas “obrigações”. A autora prossegue:

Se se reconhece que a liberdade feminina tem tanto valor quanto a liberdade masculina, então é preciso concordar que uma parte das obrigações familiares, particularmente cuidar das pessoas dependentes, é um bem público, pois beneficia o conjunto dos contribuintes. (FOLBRE, 1997 apud GUÉRIN, 2005, p.21).

Logo, ao considerar que apenas recursos monetários não garantem o acesso à dignidade e ao respeito de si mesmo, a lógica dos princípios da Economia Solidária a coloca no campo de enfrentamento às desigualdades de gênero, pois não só possibilita às mulheres conquistarem sua autonomia financeira, mas é capaz de contestar o exercício do trabalho doméstico estar exclusivamente no âmbito familiar que, em verdade, acaba sendo o âmbito feminino na sociedade patriarcal. A prática da cooperação entre indivíduos que se unem para produzir conjuntamente ultrapassa a esfera produtiva e, combinada com a autogestão do conhecimento gerado na produção e de seus resultados, estimula o sentimento de pertencimento coletivo, provocando nas pessoas atitudes de cuidado recíproco, como apontado por Gaiger (2008) no capítulo anterior. Assim, torna-se possível romper com a cultura patriarcal, em princípio no interior dos empreendimentos econômicos solidários, e avançar na construção de medidas que busquem a socialização do compromisso desse bem público supracitado (GUÉRIN, 2005).

#### **4.1.3 A situação das mulheres na Economia Solidária do Brasil**

Para verificar se todas essas possibilidades de superação das desigualdades entre homens e mulheres estão de fato melhorando a vida socioeconômica das mulheres que trabalham nessa dimensão, apresenta-se uma análise dos dados do Sistema de Informação em

Economia Solidária (SIES), iniciada na última parte do capítulo anterior, agora com um foco nas questões diferenciadas por gênero.

A partir da observação das informações publicadas, é possível fazer uma avaliação da condição das mulheres apenas de forma quantitativa para o período entre 2010 e 2012. Isso porque a maior parte dos dados separados por sexo faz menção ao número de mulheres e de homens inseridos em determinados empreendimentos. Depois do número total de sócios e sócias mostrar uma predominância de homens (56,4%) em relação às mulheres (43,6%), percebe-se que não há uma diferenciação destes (as) por raça ou cor e categoria social. Portanto, não se sabe quantas mulheres negras estão inseridas no movimento de Economia Solidária e quantas são agricultoras familiares ou catadoras de material reciclável, por exemplo<sup>18</sup>.

Um dado sobre o número de pessoas que ocupam funções de coordenação e/ou direção do empreendimento, que apresenta a resposta quantitativa por empreendimento, revela que existem mais mulheres nessa posição (uma soma de 88.040) do que homens (66.696). Em seguida, o mapeamento apresenta a composição dos empreendimentos diferenciados por atividade econômica e por sexo: nos empreendimentos de produção, o número de sócias mulheres representa, aproximadamente, 47% do total de pessoas; nos empreendimentos de comercialização, cerca de 50% dos indivíduos que realizam as vendas são mulheres; nos empreendimentos de prestação de serviços, as mulheres são responsáveis por aproximadamente 38% das atividades do grupo; nos empreendimentos de finanças solidárias, as mulheres compõem um pouco mais da metade do quadro total de sócias e sócios; e nos empreendimentos de consumo, as mulheres representam um pouco mais de um terço do total de pessoas, cerca de 37%.

Além dessas informações, há ainda duas questões na seção chamada “Mulher” ao final do mapeamento. A pergunta “Por quais das seguintes atividades domésticas as mulheres são responsáveis em suas famílias?” possibilitava múltiplas escolhas por empreendimento nas seguintes respostas:

- a) “Cozinhar/ Lavar e/ou passar roupa/ Limpar a casa”: atingiu 12.958 respostas, ou seja, cerca de 65% dos empreendimentos mapeados;
- b) “Cuidar dos (as) filhos (as) menores e/ou demais dependentes”: obteve 11.081 respostas – aproximadamente 56% dos empreendimentos mapeados;

---

<sup>18</sup> Cabe notar que este (recorte de raça) não é o objetivo deste trabalho, que faz um recorte de gênero.



- c) “Acompanhar os (as) filhos (as) e/ou demais dependentes em atividades escolares”: contou com 10.083 respostas – pouco mais de 50% dos empreendimentos mapeados;
- d) “Realizar atividades de abastecimento e manutenção doméstica”: obteve 7.642 respostas – cerca de 40% dos empreendimentos mapeados.

Ainda que tenha sido uma pergunta muito ampla, representando uma generalização de todas as famílias das integrantes dos grupos, nota-se que mais da metade dos empreendimentos afirmou estar com as mulheres as principais necessidades de cuidado com a casa e com as crianças ou outras pessoas dependentes (respostas a, b e c). A única resposta que não obteve essa proporção (letra d), na qual as mulheres foram apontadas como responsáveis de tais funções por cerca de 40% dos empreendimentos, é possível que se faça alusão à imprescindibilidade de recursos financeiros para realização dessas atividades, o que pode apontar a vulnerabilidade econômica das mulheres dessas famílias.

Já a pergunta “Para a maioria das mulheres do EES, a renda obtida com a atividade econômica no EES”, que também possibilitava múltiplas escolhas por empreendimento, obteve os seguintes resultados:

- a) É a única fonte de renda da família em 2.263 empreendimentos;
- b) É a maior parte da renda da família em 2.351 empreendimentos;
- c) É a menor parte da renda da família em 5.370 empreendimentos;
- d) Compõe de forma igualitária com outro(s) membro(s) a renda da família em 2.158 empreendimentos.

Novamente, mesmo sendo uma pergunta muito geral, destaca-se a quantidade de empreendimentos que responderam que a renda oriunda do trabalho das mulheres na Economia Solidária compõe a menor parte da renda total da família. Apesar disso, a falta de detalhamento das informações e da comparação com a situação dos homens, sobretudo nessa última pergunta, não permite uma análise consistente das condições dessas pessoas que estão operando nos empreendimentos econômicos solidários no Brasil, e, por conseguinte, do potencial de transformação dessas iniciativas. Especificamente, as mulheres estão pouco visíveis nessas estatísticas, uma vez que aparecem como minoria no número total de pessoas mapeadas, mesmo que aparentemente elas sempre configurem a maior parte das participantes dos eventos e encontros públicos de Economia Solidária no Brasil, como os Fóruns e as Conferências. Ademais, verifica-se uma falta de informações mais diversificadas em relação ao perfil socioeconômico dessas mulheres, dificultando a investigação da Economia Solidária de fato estar no campo de enfrentamento às desigualdades de gênero.

#### 4.1.4 A situação das mulheres na Economia Solidária do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE) em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) realizou uma análise dos dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (base de dados utilizada anteriormente) que foi finalizada em 2013, proporcionando uma maior abrangência e detalhamento das informações. Além disso, como o próximo capítulo deste trabalho analisa o perfil de mulheres gaúchas que trabalham na Economia Solidária, é pertinente a análise a seguir.

Esse levantamento contou com o diagnóstico de 2005 empreendimentos, correspondendo a 268.994 pessoas, das quais as mulheres representam 32% e os homens 68%. A porcentagem de sócias e sócios por porte do empreendimento revela que os homens são a maioria dos associados nos maiores empreendimentos, apesar das mulheres serem as mais atuantes e existir um maior número de empreendimentos com maioria de mulheres: as mulheres são a maioria nos empreendimentos de pequeno porte, representando aproximadamente 70% do total dos grupos que possuem entre 2 e 10 sócias e cerca de 60% naqueles grupos compostos por 11 a 20 sócias; já nos empreendimentos de médio porte (de 21 a 50 sócios e sócias) há um equilíbrio entre os participantes homens (50%) e mulheres (50%); e nos empreendimentos de grande porte (acima de 50 sócios e sócias) os homens constituem uma média de 70% dos sócios, sendo apenas 30% sócias (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Também se constatou que 79% dos empreendimentos mapeados possuem no mínimo uma mulher. Com relação às atividades do lar, constatou-se que 93% dos empreendimentos declararam que as mulheres são as responsáveis pelas tarefas do lar, de cuidar da casa, lavar, cozinhar, etc.; 75% declararam serem elas as responsáveis por cuidar dos (as) filhos (as), assim como 67,5% também são as mulheres responsáveis pelo acompanhamento escolar e 68,5% responsáveis pelo abastecimento de água e alimento da casa (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Ainda, quando perguntadas com quem ficam os (as) filhos (as) ou pessoas dependentes, enquanto estão realizando atividades no empreendimento: a 46% a pesquisa não se aplicou; 21,1% na creche ou escola; 14,2% com vizinhos (as), parentes ou amigos (as); 7,9% são levados para o empreendimento; 5,7% com os maridos/companheiros; 2,6% ficam sozinhos; e 1,7% com pessoas contratadas (babás, acompanhantes, etc.). O fato da pergunta não se aplicar para a maioria das mulheres, poderia ser mais bem entendido se houvesse informação sobre a faixa etária das mesmas (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

De forma semelhante aos dados referentes ao Brasil, percebe-se uma falta de maiores relações entre as informações, deixando lacunas que prejudicam o estudo aprofundado do estado das mulheres na dinâmica produtiva solidária, já que não há perguntas com traços particulares da vida das mulheres e nem das várias esferas da desigualdade de gênero. Ainda assim, é possível perceber que praticamente todos os resultados evidenciam a presença da cultura patriarcal no interior dos empreendimentos mapeados, o que configura mais um motivo para que haja um olhar mais atento nas mulheres inseridas nessa dinâmica.

Tendo em vista o banco de dados oficial (SIES) da Economia Solidária no Brasil possuir poucas informações diferenciadas por gênero, torna-se difícil realizar uma comparação desses dados com os do mercado tradicional e, assim, identificar se a Economia Solidária de fato avançou em relação à economia capitalista na questão da desigualdade de gênero. Por isso, o próximo capítulo traz uma proposta que avança o debate da construção de indicadores adequados aos empreendimentos econômicos solidários, a partir da análise de algumas experiências associativas femininas no Rio Grande do Sul.

## 5 AS MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS INDICADORES DE DESIGUALDADE DE GÊNERO: AVALIAÇÃO E PROPOSIÇÃO

O conjunto dos dados citados no capítulo anterior é tudo que se encontra oficialmente a respeito da Economia Solidária no Brasil que possui recorte de gênero. Nele evidenciou-se que ainda existem desigualdades econômicas e de atribuições de funções. Contudo, é preciso que haja um quadro mais minucioso e crítico da condição das mulheres que trabalham no âmbito dos empreendimentos econômicos solidários, com características do seu perfil socioeconômico, por exemplo, de forma que se criem subsídios para a compreensão de quem são as atrizes deste cenário analítico tão promissor, e então se possam formular propostas e alternativas que visem melhorar sua situação econômica e social.

Este último capítulo, portanto, busca apontar a necessidade de unir as abordagens da Economia Solidária e da Economia Feminista, relacionando os enfoques que essas discussões carregam acerca das esferas produtivas e reprodutivas, na elaboração de indicadores que sejam capazes de mensurar e associar esses dois ambientes e contribuir com o enfrentamento das desigualdades de gênero.

Nesse intuito, é analisada uma proposta de levantamento de dados sobre questões da esfera produtiva e doméstica de algumas mulheres que trabalham na Economia Solidária no Rio Grande do Sul. A intenção é utilizar essa amostra, avaliando de forma mais profunda esta realidade local, para lançar luz à relevância de um olhar mais dedicado às mulheres inseridas nessa ótica, a qual se configura numa alternativa de transformação da sociedade capitalista e de rompimento com as disparidades oriundas desse sistema fundado na opressão e exploração.

### 5.1 AVALIAÇÃO DO EXEMPLO ASSOCIATIVO GAÚCHO

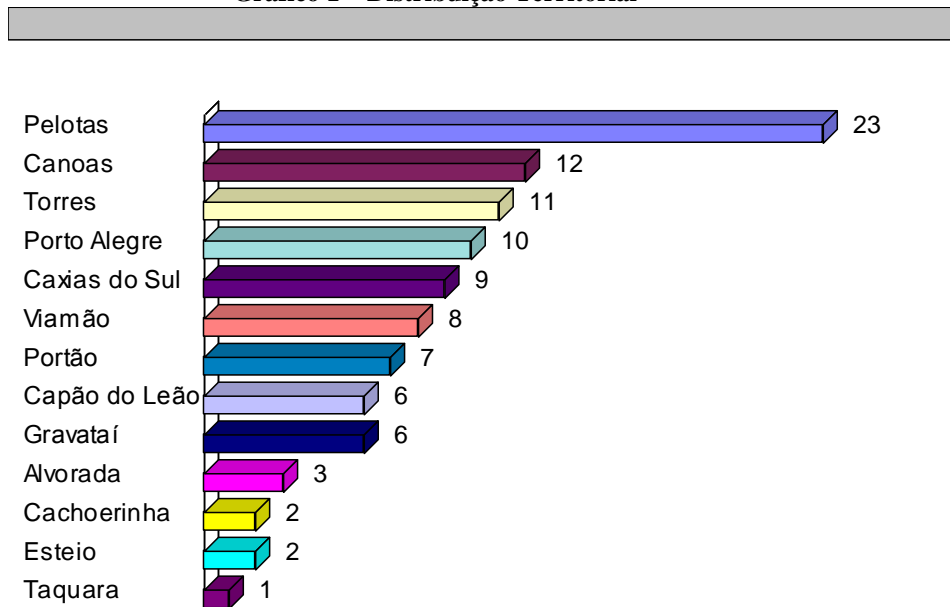
Nesta seção, os dados primários recolhidos no Projeto “Rede de Economia Solidária e Feminista”, vinculado à Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) e desenvolvido pela Guayí<sup>19</sup> - uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de Porto Alegre, são utilizados para elucidar a condição de algumas mulheres que trabalham na Economia Solidária no Rio Grande do Sul.

---

<sup>19</sup> Agradeço profundamente à Guayí, espaço de muito trabalho solidário, à equipe do Núcleo Feminista, que me acolheu tão bem, e à Rede de Economia Solidária e Feminista onde o trabalho, a militância e a amizade se confundem muito bem. Obrigada a todas e todos pela oportunidade de participar desse grupo e de poder utilizar os documentos do projeto neste trabalho de conclusão de curso.

Foram selecionadas de forma aleatória 100 Fichas de Informações das Trabalhadoras (FIT), aplicadas entre os anos de 2012 e 2014, dos empreendimentos fomentados pelo Projeto e distribuídos em 13 cidades do Rio Grande do Sul, conforme a disposição mostrada no Gráfico 1 que aponta o número de empreendimentos por município. As questões mais relevantes dessa ficha foram tabuladas utilizando o *software* “Sphinx”, cuja licença foi cedida pelo Instituto Fidedigna, com sede em Porto Alegre<sup>20</sup>.

**Gráfico 1 – Distribuição Territorial**



Fonte: Elaborado pela autora (2014)

### 5.1.1 O perfil das mulheres e as esferas domésticas e de produção solidária

A primeira parte da FIT contém perguntas a respeito do perfil das trabalhadoras. Pôde-se perceber que a maioria das mulheres dessa amostra é branca (59%), possui mais de 40 anos (67%) e está casada ou em uma união estável (47%), conforme mostram as tabelas a seguir.

<sup>20</sup> A Ficha de Informação da Trabalhadora completa está anexada ao final do trabalho.

**Tabela 1 - Raça/etnia**

Raça/Etnia	Freq.	%
Branca	59	59%
Negra	28	28%
Parda	11	11%
Indígena	1	1%
Amarela	0	0%
Não resposta	1	1%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

**Tabela 2 - Idade<sup>21</sup>**

Idade	Freq.	%
70 e mais	4	4%
De 60 a 69	20	20%
De 50 a 59	26	26%
De 40 a 49	17	17%
De 30 a 39	15	15%
De 20 a 29	10	10%
Menos de 20	2	2%
Não resposta	6	6%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Notas: Mínimo = 17, Máximo = 78

Média = 48,39

**Tabela 3 - Estado Civil**

Estado Civil	Freq.	%
Casada	41	41%
Solteira	25	25%
Viúva	12	12%
Divorciada	8	8%
Separada	6	6%
União estável	6	6%
Não resposta	2	2%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Além disso, mais da metade delas já fez algum curso de qualificação, de acordo com a tabela abaixo.

<sup>21</sup> As médias foram calculadas sem considerar as não-resposta (questões da FIT que não foram respondidas, estavam em branco) – em todas as demais tabelas e gráficos.

**Tabela 4 – Qualificação**

Tem algum curso de qualificação?	Freq.	%
Sim	58	58%
Não	39	39%
Não resposta	3	3%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pelo autora (2014)

Ainda sobre o perfil, questionadas a despeito da discriminação que as mulheres sofrem na sociedade na forma de violência, psicológica ou física, seja em casa, no trabalho ou na rua, assim como a violência moral, sexual, ameaças ou constrangimentos, 25% das mulheres afirmaram que já foram ou são vítimas de alguma destas formas de violência, como mostra a tabela a seguir.

**Tabela 5 – Violência**

Já foi ou é vítima de alguma violência?	Freq.	%
Não	74	74%
Sim	25	25%
Não resposta	1	1%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2014)

Em relação ao trabalho de cuidados com outrem, constatou-se que a grande maioria possui filhos ou filhas (87%) e pessoas sob seus cuidados (68%), de acordo com as tabelas 6 e 7.

**Tabela 6 – Maternidade**

Tem filhos (as)?	Freq.	%
Sim	87	87%
Não	12	12%
Não resposta	1	1%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2014)

**Tabela 7 – Cuidados Pessoais**

Tem pessoas sob seus cuidados?	Freq.	%
Sim	68	68%
Não	30	30%
Não resposta	2	2%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Dentre as pessoas sob seus cuidados, verificou-se que cerca da metade destas são os filhos ou as filhas, mesmo que muitas mulheres ainda responsabilizem-se por idosos ou idosas e/ou por netos ou netas, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 8 – Pessoas sob cuidado<sup>22</sup>**

Quem são as pessoas sob seus cuidados?	Freq.	%
Filhos (as)	49	49%
Idosos (as)	18	18%
Netos (as)	10	10%
Não resposta	2	2%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Quando questionadas a respeito de como o uso do tempo é distribuído, constatou-se que 52% das mulheres afirmaram que gastam entre 40 e 60% do tempo com o trabalho doméstico e os cuidados com a família, configurando uma média de 42,24%, ou seja, quase a metade do tempo é despendida nesse tipo de função.

<sup>22</sup> Quando a quantidade de citações for superior à quantidade de observações é devido às possíveis respostas múltiplas – em todas as demais tabelas e gráficos.



**Tabela 9 – Porcentagem do tempo com o trabalho doméstico e de cuidados com a família**

Porcentagem do tempo com o trabalho doméstico e de cuidados	Freq.	%
70 e mais	6	6%
De 60 a 69	8	8%
De 50 a 59	31	31%
De 40 a 49	21	21%
De 30 a 39	15	15%
De 20 a 29	13	13%
Menos de 20	2	2%
Não resposta	4	4%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Notas: Mínimo = 10, Máximo = 80

Média = 42,24

Em relação às atividades na esfera produtiva, as mulheres desta amostra estão associadas principalmente nos segmentos econômicos do artesanato e da confecção, de acordo com a tabela abaixo.

**Tabela 10 – Segmento econômico**

Segmento econômico	Freq.	%
Artesanato	66	66%
Confecção	49	49%
Alimentação	14	14%
Reciclagem	3	3%
Agroindústria	3	3%
Horta ecológica	11	11%
Produção áudio visual	2	2%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Sobre a renda que as mulheres recebem somente por meio do trabalho no empreendimento econômico solidário (EES), referente ao segmento econômico da tabela 10, constatou-se uma média mensal de R\$ 444,40, conforme os dados da tabela 11.

**Tabela 11 – Renda média mensal somente vinda do trabalho no EES**

Renda média mensal somente vinda do trabalho no EES (R\$)	Freq.	%
Menos de 200	27	27%
De 200 a 399	11	11%
De 400 a 599	17	17%
De 600 a 799	12	12%
De 800 a 999	1	1%
De 1000 a 1200	9	9%
Mais que 1200	3	3%
Não resposta	20	20%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

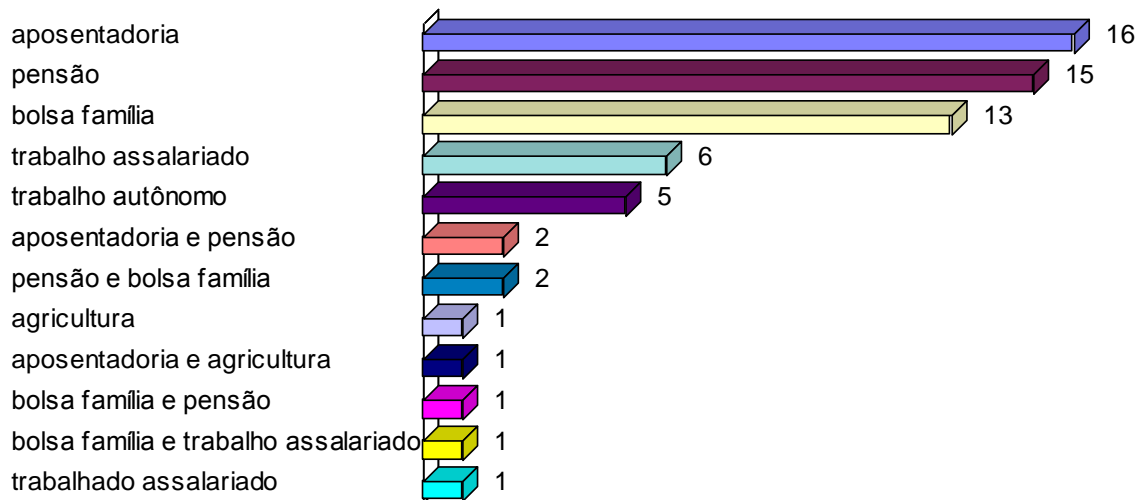
Fonte: Elaborado pela autora (2014)  
 Notas: Mínimo = 0, Máximo = 1200  
 Média = 444,44

Em razão de 55% das mulheres receber em média uma renda igual ou inferior a R\$ 600,00 por mês pelo trabalho com o EES (tabela 11), 68% das mulheres declarou possuir outras fontes de renda (tabela 12), sendo a aposentadoria, a pensão e o Bolsa Família os tipos de fonte de renda mais citados (gráfico 2).

**Tabela 12 – Outras fontes de renda**

Possui outras fontes de renda (FR)?	Freq.	%
Sim	68	68%
Não	29	29%
Não resposta	3	3%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

**Gráfico 2 – Distribuição das outras fontes de renda, por tipo**

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Em relação ao local da produção do EES em que trabalham, 73% das mulheres respondeu que a realização desta atividade econômica é na própria casa e 46% na sede do grupo, conforme a tabela 13.

**Tabela 13 – Local da produção**

Onde a produção é feita?	Freq.	%
Em casa	73	73%
Na sede do grupo/EES	46	46%
Outro espaço	4	4%
Não resposta	1	1%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Levando em conta que a maioria das mulheres realiza a produção em casa, quase metade delas também afirmou que os equipamentos utilizados na produção são próprios e os mesmos que utilizam em casa, de acordo com a tabela abaixo.

**Tabela 14 – Propriedade dos equipamentos/ferramentas/instrumentos utilizados na produção**

Os equipamentos utilizados na produção são:	Freq.	%
Próprios e os mesmos que utilizo em casa	48	48%
Do grupo/EES	34	34%
Próprios e exclusivos para a produção	30	30%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Sobre a porcentagem do uso do tempo com o trabalho no empreendimento, constatou-se uma média semelhante à média despendida com o trabalho doméstico, ou seja, as mulheres afirmaram que, em média, cerca de 42% do tempo é direcionado ao trabalho com o empreendimento – tabela 15.

**Tabela 15 – Porcentagem do tempo para o trabalho junto ao empreendimento**

Porcentagem do tempo com o trabalho junto ao EES	Freq.	%
70 e mais	8	8%
De 60 a 69	12	12%
De 50 a 59	20	20%
De 40 a 49	16	16%
De 30 a 39	24	24%
De 20 a 29	16	16%
Menos de 20	1	1%
Não resposta	3	3%
<b>TOTAL OBS.</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Notas: Mínimo = 15, Máximo = 80

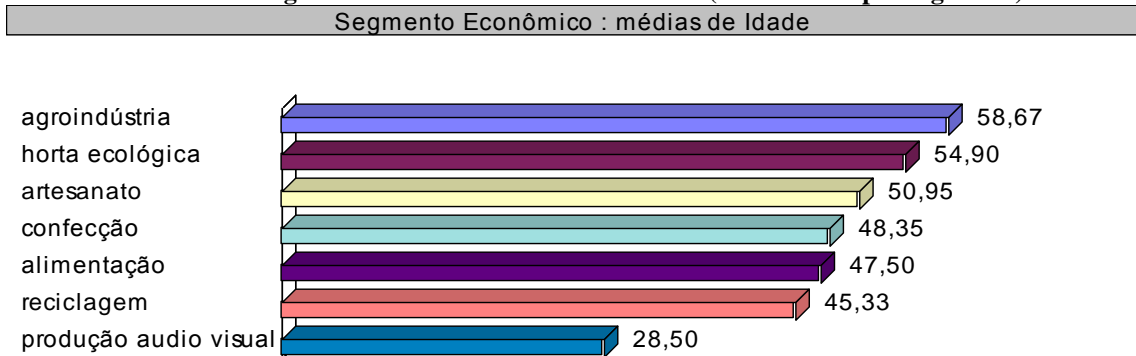
Média = 41,86

### 5.1.2 Cruzamento de variáveis

Através de alguns cruzamentos das variáveis acima, é possível compreender melhor que relações carregam entre si a prática de determinado segmento econômico e as características das esferas do trabalho doméstico e produtivo, por exemplo, e quais as principais limitações que podem ser extraídas dessas informações.

Ao correlacionar o segmento econômico com a média de idade das mulheres entrevistadas (gráfico 3), percebe-se que a média de idade das trabalhadoras nas atividades mais exercidas nesta amostra (artesanato e confecção) fica em torno dos 50 anos de idade. Exceto pelo segmento de produção de áudio visual, todas as médias de idade estão acima dos 40 anos, o que caracteriza esta amostra da Economia Solidária do Rio Grande do Sul como um espaço predominado por mulheres adultas e de meia idade.

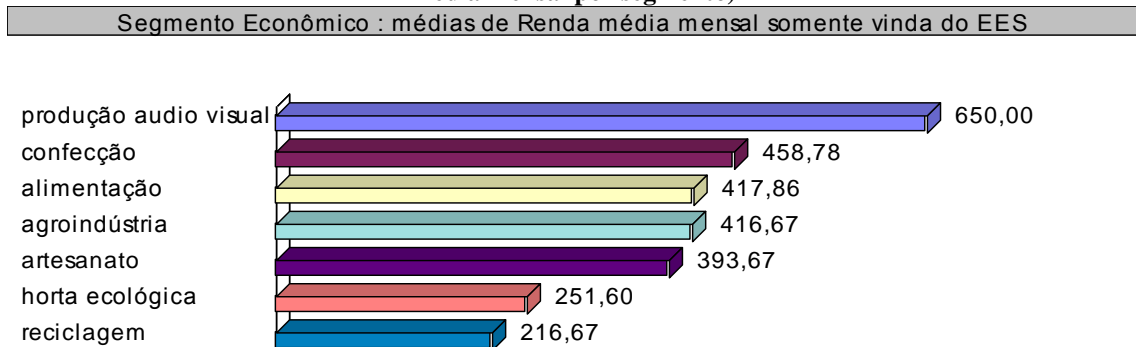
**Gráfico 3 – Segmento econômico e médias de idade (idade média por segmento)**



Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Ao analisar as rendas médias mensais declaradas pelas mulheres obtidas apenas com a atividade do EES por segmento econômico (gráfico 4), pôde-se perceber que, em geral, o retorno financeiro é muito baixo, se o que se espera é o fortalecimento dessas iniciativas econômicas em contraponto com outras atividades do mercado de trabalho tradicional. Através do trabalho com o artesanato nos EES, ofício da maior parte das mulheres, por exemplo, se obtém uma renda média mensal de R\$ 393,67. A análise das próximas correlações pode contribuir para entender melhor essa situação.

**Gráfico 4 – Segmento econômico e renda média mensal somente vinda do trabalho junto ao EES (renda média mensal por segmento)**



Fonte: Elaborado pela autora (2014)

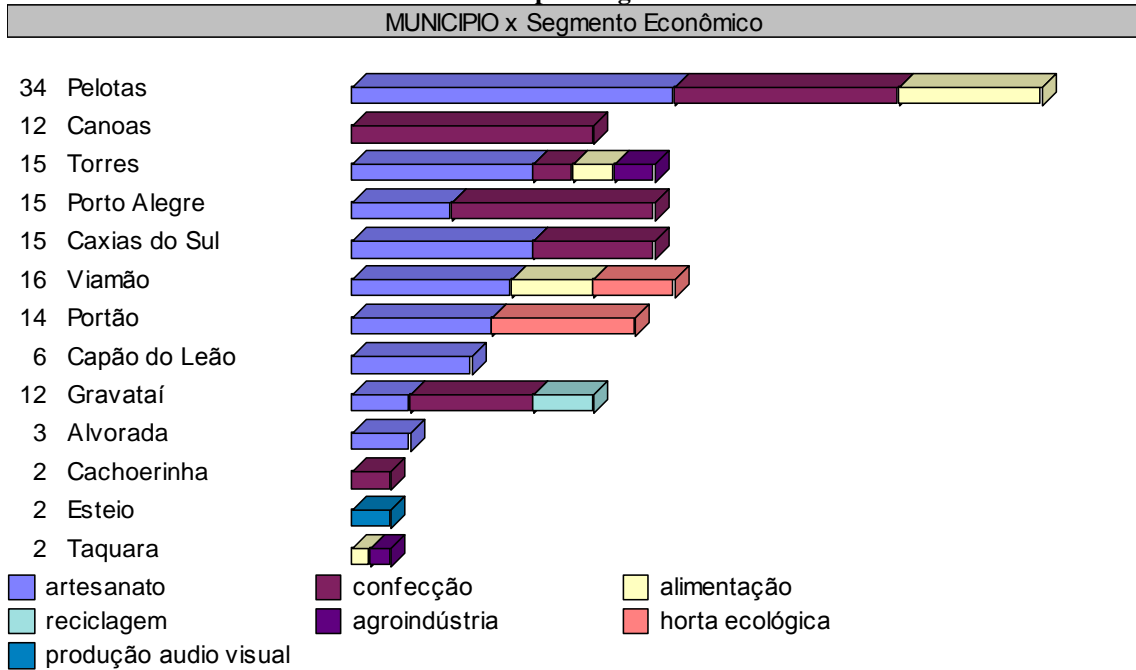
Um olhar voltado para a renda média mensal somente vinda do trabalho com a Economia Solidária por município revela as cidades onde as rendas são mais elevadas, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 16 – Município e renda média mensal somente vinda do trabalho junto ao EES (renda média mensal por município)**

Município	Renda média mensal somente vinda do EES (R\$)
Cachoeirinha	1100,00
Torres	762,50
Porto Alegre	748,25
Caxias do Sul	680,00
Esteio	650,00
Viamão	351,75
Pelotas	315,45
Gravataí	225,00
Capão do Leão	217,50
Canoas	175,00
Portão	170,33
Taquara	150,00
<b>TOTAL</b>	<b>444,40</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Verifica-se que nas cidades onde a renda média mensal está acima da renda média mensal total (Cachoeirinha, Torres, Porto Alegre, Caxias do Sul e Esteio) concentram-se as atividades de confecção, artesanato e produção áudio visual, de acordo com o gráfico 5 abaixo. Importante recordar que o número de mulheres por cidade (gráfico 1) para entender com mais clareza as disparidades nas médias encontradas acima: Cachoeirinha possui 2 entrevistadas; Torres possui 11 entrevistadas; Porto Alegre, 10; Caxias do Sul, 9; e Esteio, 2. A cidade de Pelotas também merece um destaque, pois é onde estão reunidas 23 mulheres do total da amostra – a maior quantidade por município. Foram apontados os segmentos econômicos do artesanato, confecção e alimentação que agregados geram em média uma renda mensal de R\$ 315,45 – inferior à renda média mensal total da amostra (R\$ 444,40) e também das médias calculadas separadamente por segmento econômico, conforme o gráfico 4.

**Gráfico 5 – Município e segmento econômico**

Em relação à esfera produtiva, nota-se que 93,9% dos grupos de artesanato realizam sua produção em casa e esse alto nível de informalidade pode estar relacionado com a baixa renda desses grupos. Já para os empreendimentos da área da confecção, alimentação e produção áudio visual, cujas rendas relacionadas são as maiores (gráfico 4), a quantidade da produção que é feita em casa cai para 63,3%, 57,1% e 0% respectivamente, de acordo com a tabela a seguir.

**Tabela 17 – Local de produção e segmento econômico**

Onde a produção é feita?	Na sede do grupo/EES	Em casa	Outro espaço	TOTAL
Segmento econômico				
Artesanato	36,4%	93,9%	1,5%	100%
Confecção	55,1%	63,3%	2%	100%
Alimentação	50%	57,1%	0%	100%
Reciclagem	100%	100%	0%	100%
Agroindústria	66,7%	66,7%	0%	100%
Horta ecológica	36,4%	100%	0%	100%
Produção áudio visual	0%	0%	100%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>46%</b>	<b>73%</b>	<b>4%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

A análise dos equipamentos utilizados na produção por segmento econômico também contribui para entender a baixa renda advinda do trabalho com artesanato: 66,7% dos equipamentos são próprios e os mesmos que se utiliza em casa. Ao contrário, para os empreendimentos da confecção, mais da metade das ferramentas de trabalho são próprias do grupo, o que denota uma maior formalidade desse trabalho e que pode acarretar em uma maior renda gerada.

**Tabela 18 – Equipamentos utilizados na produção e segmento econômico**

Os equipamentos utilizados na produção são:	Próprios e os mesmos que utilizo em casa	Próprios e exclusivos para a produção	Do grupo/EES	TOTAL
Segmento econômico				
Artesanato	66,7%	28,8%	15,2%	100%
Confecção	34,7%	26,5%	53,1%	100%
Alimentação	35,7%	35,7%	35,7%	100%
Reciclagem	100%	0%	100%	100%
Agroindústria	33,3%	33,3%	66,7%	100%
Horta ecológica	100%	0%	9,1%	100%
Produção áudio visual	0%	100%	100%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>48%</b>	<b>30%</b>	<b>34%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Ainda, a análise de um dos aspectos da esfera reprodutiva, como pessoas sob cuidados, relacionada com o segmento econômico, mostra que, das mulheres que operam no artesanato, na confecção e na alimentação, cerca de 65% delas possuem pessoas sob seus cuidados.

**Tabela 19 – Pessoas sob cuidados e segmento econômico**

Tem pessoas sob seus cuidados?	Sim	Não	TOTAL
Segmento econômico			
Artesanato	66,7%	31,8%	100%
Confecção	67,3%	28,6%	100%
Alimentação	64,3%	35,7%	100%
Reciclagem	100%	0%	100%
Agroindústria	33,3%	66,7	100%
Horta ecológica	81,8%	18,2%	100%
Produção áudio visual	50%	50%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>68%</b>	<b>30%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)



A combinação possível de cruzamentos dessas variáveis é ampla. Entretanto, nesse momento foram selecionadas apenas algumas dessas associações para evidenciar a importância desse tipo de articulação entre certos elementos para um melhor discernimento dos resultados. Além disso, outros cruzamentos gerados para esta pesquisa não foram publicados, pois não ofereciam informações novas ou diferentes das que já haviam sido elucidadas na sessão 5.1.1.

## 5.2 CRÍTICA E PROPOSIÇÃO DE NOVOS INDICADORES

Ao verificar que o trabalho produtivo associativo e solidário tem características próprias não comparáveis às do mercado tradicional, como a valorização e a incorporação do trabalho reprodutivo na organização da sociedade, fica clara a necessidade de indicadores diferentes, que levem em consideração essas duas categorias de trabalho conjuntamente. De um lado, é preciso avaliar o potencial da produção solidária, analisando aspectos como o local e os instrumentos de produção e a renda gerada – a fim de entender quais são os obstáculos que impedem o fortalecimento da Economia Solidária. A dimensão subjetiva, por outro lado, como o afeto e o cuidado recíproco, compreendidos como fundamentais para a reprodução e sustentabilidade da vida, também precisam estar refletidos nesses diagnósticos – evidenciando as experiências das mulheres, que historicamente exercem essas responsabilidades, e fortalecendo a teoria da Economia Feminista de trazer para o conjunto da análise econômica o sujeito “mulher”.

Além disso, a desigualdade se reflete também em outras dimensões, como o acesso aos direitos e às políticas públicas – e é isso que os indicadores precisam mostrar e não mostram, sendo insuficientes para lançar luz de forma mais ampla às questões de gênero dentro das iniciativas associativas solidárias. Como apontado por Guérin:

Renovar os instrumentos conceituais reconhecendo seu caráter fundamentalmente normativo é a primeira prioridade. Trata-se ao mesmo tempo de desconstruir uma certa quantidade de conceitos e categorias que se mostram inadequados e de construir indicadores adequados de avaliação da pobreza, das desigualdades e de seu caráter sexual. (GUÉRIN, 2005, p. 29).

O debate da Economia Feminista é aqui retomado, pois ele contribui com a crítica e a proposição desses novos indicadores. Para tanto, Cristina Carrasco (2008) coloca como fundamental:

- a) redefinir o conceito de trabalho, que não incorpora apenas a dimensão do emprego: a partir da mercantilização da força de trabalho, o capitalismo alienou o trabalho produtivo humano ao lhe valorizar somente de forma abstrata, ou seja, lhe conferir apenas o valor monetário (além das outras formas de alienação, as quais foram abordadas no capítulo 3). Assim, o trabalho mercantil não passa de uma atividade que proporciona retorno financeiro para posterior poder de consumo. Por isso, reivindica-se o conceito amplo de trabalho como a “prática da criação e recriação da vida e da convivência humana” e o emprego como “trabalho empobrecido”, isto é, o trabalho mercantil alienado (Bosh et al., 2005<sup>23</sup> apud Carrasco, 2008);
- b) construir novas estatísticas de trabalho e emprego: a partir da diferenciação discutida no item *a*, é importante que se obtenha esse olhar na observação das estatísticas tradicionais. O Produto Interno Bruto (PIB)<sup>24</sup>, por exemplo, não considera o tempo de trabalho doméstico e de cuidados como intrínseco e inseparável às outras atividades produtivas. A População Economicamente Ativa (PEA)<sup>25</sup> possui claramente um viés androcêntrico, já que é sabido<sup>26</sup> que as mulheres estão muito concentradas no mercado de trabalho informal, e logo seu trabalho permanece invisível, uma vez que essa é uma estatística amplamente utilizada para fins de pesquisa de mercado de trabalho. São necessárias, pois, estatísticas que revelem tanto a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho tradicional (mundo masculino), quanto as que expressem a prevalência da cultura patriarcal, como a segregação do tipo de ocupação por sexo, o tempo gasto com os afazeres domésticos por sexo e sua valorização social, entre outras;
- c) desenvolver indicadores não androcêntricos: para interpretar de fato a realidade socioeconômica das mulheres e dos homens, é preciso elaborar novos quadros analíticos a partir da ampliação das fronteiras do estudo da economia - de maneira que se incluam as atividades econômicas não mercantis/monetárias no conjunto das

<sup>23</sup> BOSH, Anna; CARRASCO, Cristina; GRAU, Elena. Verde que te quiero violeta. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo. In: TELLO, Enric. *La historia cuenta*. Barcelona: El Viejo Topo, 2005, p.321-346

<sup>24</sup> O PIB representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um período determinado. É um indicador para medir o crescimento econômico (ou uma recessão), mas não desenvolvimento econômico, o que exigiria incluir outros dados como distribuição de renda, investimentos em saúde, educação, arte e cultura, entre outros aspectos.

<sup>25</sup> A PEA considera aquelas pessoas que possuem um emprego (que estão formalmente no mercado de trabalho) ou que estão à procura de um. Não considera, entretanto, o mercado de trabalho informal, deixando de lado tanto o trabalho doméstico e de cuidados, quanto os empreendimentos de Economia Solidária, já que a maioria não tem vínculo empregatício perante a lei (não possuem carteira de trabalho assinada).

<sup>26</sup> Ver os dados elucidados ao final do Capítulo 1 sobre as mulheres brasileiras no mercado de trabalho.

informações. Além disso, a sistematização dessas estatísticas deve superar a estrutura dicotômica citada anteriormente e integrar todas as diversas ações que fazem parte da reprodução social e da sustentação da vida humana em um mesmo estudo.

De acordo com as considerações de Carrasco (2008), é notória a ausência de indicadores não androcêntricos - tanto no banco de dados sobre o mercado capitalista, quanto no da Economia Solidária. Na grande maioria, o que se encontra são indicadores de gênero que fazem referências apenas a um acompanhamento da inserção das mulheres no mundo masculino. Nos estudos da economia, isso se traduz majoritariamente em indicadores sobre sua participação no mercado de trabalho tradicional e como se dá essa integração, ou seja, as condições de trabalho daquelas mulheres que conseguiram se inserir em um modelo estruturalmente criado e dominado por homens<sup>27</sup>. Em suas palavras:

A opção pela ‘recuperação da experiência feminina’ obriga a criar um tipo de indicador que – valorizando a experiência das mulheres – represente uma ruptura com o modelo patriarcal. Trata-se de um sistema capaz de representar a integração dos distintos processos sociais – mercantis e não mercantis -, sem fragmentá-los nem apresentá-los como campos separados e paralelos. São os denominados ‘indicadores não androcêntricos’, assim designados para que não sejam confundidos com os indicadores de gênero. (CARRASCO, 2008, p. 100).

Okin (2008) complementa o debate sobre as estruturas androcêntricas:

Nós não podemos entender as esferas ‘públicas’ – o estado do mundo do trabalho ou do mercado – sem levar em conta o fato de que são generificadas, o fato de que foram construídas sob a afirmação da superioridade e da dominação masculinas e de que elas pressupõem a responsabilidade feminina pela esfera doméstica. É preciso perguntar: as práticas nos locais de trabalho, no mercado ou no parlamento seriam as mesmas se elas tivessem se desenvolvido pressupondo que seus participantes teriam de acomodar-se às necessidades de dar à luz, educar um filho, e às responsabilidades da vida doméstica? As políticas e seus resultados seriam os mesmos se aqueles que nelas estão engajados fossem pessoas que também tivessem

---

<sup>27</sup> Por exemplo, informações sobre o número médio de horas de trabalho, porcentagem de chefes de família, renda média mensal, proporção de cargos de liderança em empresas - são normalmente as referências mais encontradas. Neste sentido, os dados do “Anuário das Mulheres Brasileiras” (DIEESE, 2011) e “Retratos das Desigualdades de gênero e raça” (IPEA, 2011) configuram sem dúvida um grande avanço em relação à diversificação de informações separadas por sexo, pois abordam questões demográficas e intrafamiliares, de trabalho e autonomia (uso do tempo, rendimentos), espaços de poder público e político, educação, saúde, violência e de outras esferas da cidadania. Conjuntamente, os relatórios socioeconômicos do Programa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constituem um subsídio muito importante e necessário para averiguar as desproporções entre homens e mulheres ainda existentes. Contudo, de maneira geral, percebe-se que nenhum desses dados contesta a estrutura patriarcal da sociedade, pois ocultam o contexto doméstico ao não incluir o debate da socialização do trabalho de reprodução da vida e da busca de um novo *status* para o tempo social. São abordagens de gênero, mas que não questionam o androcentrismo dominante no esqueleto econômico e social da sociedade. Orientam, assim, a construção de políticas públicas sem este viés e que acabam sendo voltadas apenas para o lado visível da economia (o mercantil).

responsabilidades cotidianas significativas voltadas para os cuidados dos outros, ao invés de serem aqueles que menos probabilidade têm, em toda a sociedade, de ter essa experiência? (OKIN, 2008, p.320).

A partir desses apontamentos, e retomando o objetivo deste trabalho, é possível perceber que os indicadores de desigualdade de gênero tradicionais são insuficientes para medir a condição das mulheres no mercado de trabalho capitalista, do ponto de vista do questionamento da estrutura patriarcal – e, dessa forma, também o são para a Economia Solidária. Por isso, a incorporação da abordagem da Economia Feminista no movimento de Economia Solidária pode ser muito significativa. Enquanto que essa última “[...] insere-se em um padrão de experiências em que o trabalho é inseparável das pessoas e da reprodução da vida” (GAIGER, 2008, p. 4) e assim busca recriar o modo de produção, distribuição e consumo da sociedade; a primeira reivindica a visibilidade do trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, doméstica e de cuidados - a qual pode encontrar espaço nessa nova dinâmica econômica solidária proposta –, revivendo as experiências culturalmente femininas e as incorporando no pensamento científico.

Dessa forma, a união dessas abordagens na construção de indicadores de desigualdade de gênero específicos para a Economia Solidária pode contribuir tanto para melhorar a vida das mulheres social e economicamente, no momento em que elucida as disparidades e as opressões ainda presentes e assim possibilita o seu enfrentamento, mas também e, a partir disso, contribui para o próprio fortalecimento da Economia Solidária como espaço alternativo e transformador da realidade capitalista atual.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou fazer uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de gênero e da teoria econômica convencional, e concluiu que tais conceitos são construções sociais, e não próprias da natureza humana, as quais historicamente formularam nossa cultura e acabaram por legitimar o estado das coisas como estão.

Por isso, num primeiro momento foi abordada a categoria gênero que, a partir de um estudo aprofundado sobre as explicações das desigualdades entre homens e mulheres feito pelas feministas da “segunda onda”, seja econômica, social ou cultural, possibilitou a compreensão de que as atribuições representativas e comportamentais dos gêneros feminino e masculino modificaram-se ao longo do tempo e em cada sociedade. Dessa maneira, incorporaram-se as dimensões sociais e culturais às dimensões psico-biológicas das diferenças entre os sexos e assim, tornou-se claro que o que caracteriza a “mulher” não é um conceito dado e rígido e, portanto, pode e deve ser contestado.

Além disso, por propor uma revisão histórica crítica, o estudo de gênero também problematizou as estruturas de poder e da produção da verdade, pelo simples fato de rejeitar qualquer tipo de essência à mulher e ao homem. Ora, se não é um dever de toda mulher ser a única ou a principal responsável pelas funções de reprodução da vida - como cuidar das filhas e filhos e outras pessoas dependentes, e dos afazeres domésticos, como alimentação e limpeza -, a dicotomia convencional entre as esferas pública e privada pode ser ultrapassada e pensada de forma integrada. Da mesma forma, se não é da natureza do homem ser o único ou principal provedor do trabalho no ambiente público, todas as atividades de produção e reprodução da vida são um compromisso do conjunto da sociedade.

Em seguida, o debate da Economia Feminista colabora com este redesenho da divisão do trabalho reprodutivo ao frisar o caráter coletivo e social que este deve ter. Assim, por contestar a abstração da teoria econômica convencional, que não considera todo o trabalho doméstico e de cuidados como intrínseco à realização do trabalho na esfera produtiva, historicamente a cargo das mulheres, também questiona a natureza dos princípios econômicos das principais correntes da ciência econômica, as quais não proporcionam um diagnóstico completo da realidade e logo precisam ser revisadas.

As diferentes visões sobre a organização e o comportamento econômicos que a Economia Solidária possui, também a coloca num campo de rejeição dos tradicionais conceitos teóricos da economia. Os princípios da associação e da autogestão dos empreendimentos econômicos solidários permitem ver que a economia capitalista não é o

resultado inevitável de um processo natural da evolução humana. Assim, alguns comportamentos econômicos causados pelo modo de organização capitalista que influenciam outros comportamentos sociais podem ser revertidos. Por exemplo, uma economia de mercado inevitavelmente gera estruturas alienantes e forma uma sociedade de mercado, a qual se fundamenta no individualismo e na competição.

Por isso, a prática da produção solidária, ao resgatar os vínculos sociais no interior do ambiente produtivo, por articular os processos de produção, gestão e distribuição, torna possível revalorizar as atividades de reciprocidade e de cuidar dos outros. Dessa maneira, a Economia Solidária também pode se configurar em um espaço de enfrentamento às desigualdades de gênero.

A análise da inserção das mulheres na Economia Solidária tornou clara a sua capacidade de organização e conquista, além de visibilizar a importância do trabalho reprodutivo e de cuidados para toda a sociedade. Entretanto, percebe-se que as mulheres continuam ligadas às atividades próprias do espaço doméstico e ainda sofrem com a desigualdade econômica, visto que os empreendimentos femininos são vulneráveis financeiramente, e de atribuições de funções, mesmo no interior da dinâmica produtiva solidária.

Por todo o potencial transformador que a Economia Solidária possui e por, a princípio, revalorizar a experiência feminina doméstica, foi feita uma revisão dos dados do SIES para verificar se na realidade isso está ocorrendo. Entretanto, os poucos dados separados por gênero que o banco de dados oficial da Economia Solidária possui evidenciam que ainda existem muitas desigualdades no interior dos EES.

Assim, unindo a abordagem da Economia Feminista, fez-se uma crítica aos indicadores tradicionais de desigualdade de gênero, pois na grande maioria eles não contestam a estrutura patriarcal enraizada na sociedade, e uma proposição de indicadores adequados à Economia Solidária. A intenção é associar as esferas produtiva e reprodutiva, analisando-as conjuntamente, e gerar um quadro analítico completo do funcionamento da sociedade e assim orientar a construção de políticas públicas que possibilitem novas bases para a sustentação da vida.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BENINI, Elcio Gustavo; BENINI, Edi Augusto; FIGUEIREDO NETO, Leonardo Francisco. Economia Solidária nos Primas Marxistas: Revolução ou Mitigação? In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: NESOL/USP, jul. 2007. 1 CDROM.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Sistema de Informação em Economia Solidária no Brasil 2010-2012**. São Paulo, 2014.
- CARRASCO, Cristina. **Mujeres e economia**: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas. Barcelona: Icaria, 1998.
- CARRASCO, Cristina. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: TITO, Neusa; SILVEIRA, Maria Lucia da (Org.). **Trabalho Doméstico e de Cuidados**: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.
- CORAGGIO, José Luis. Qué es lo econômico y que es outra política? In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio Chedid (Org.). **A Economia Solidária na América Latina**: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012. Não paginado.
- COSTA, Claudia de Lima. O Tráfico do Gênero. **Cadernos PAGU**, Campinas, v.11, p.127-140, 1998.
- CRUZ, Bruno Oliveira; SANTOS, Iury Roberto Soares. **Dinâmica do emprego industrial no Brasil entre 1990 e 2009**: uma visão regional da desindustrialização. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. (Texto para discussão do IPEA, n.1673).
- CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na Economia Solidária**: desafios sociais e políticos. 2004. Trabalho apresentado no IV Congreso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas, em 2004, em Bratislava-República Eslovaca.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.7, n.1, p.155-174, 2007.
- FREITAS, Taís Viudes de. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. In: TITO, Neusa; SILVEIRA, Maria Lucia da (Org.). **Trabalho Doméstico e de Cuidados**: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A Economia Solidária e as relações sociais vinculantes. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.11, n.1, p. 11-19, 2008.

GERMAN, Lindsey. Therories of Patriarchy. **International Socialism**, London, 08 Oct. 2006. Disponível em: <<http://www.isj.org.uk/?id=240>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p.55-64.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Loyola, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2010. (Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 27).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Retratos da Desigualdade de gênero e raça**. Rio de Janeiro, 2011. 1 CDROM.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Org.). **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000. Disponível em: <[http://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho\\_0.pdf](http://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos PAGU**, Campinas, v.11, p. 107-125, 1998.

MARTINS, Clitia Helena Backx (Org.). **Mulheres gaúchas**: Indicadores de Gênero. Porto Alegre: FEE: Secretaria de Políticas para as Mulheres do RS, 2014.

MORENO, Renata; VIUDES, Taís. A centralidade da autonomia econômica para as mulheres. In: MORENO, Renata (Org.). **Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2012.

MORAES, Maria Lygia Quartin de. Usos e Limites da Categoria Gênero. **Cadernos PAGU**, Campinas, v.11, p.99-105, 1998.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-71822006000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-71822006000100007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 25 ago. 2014.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão e economia solidária. **Outros Valores**: Cadernos da cidade do futuro, Florianópolis, v.1, n. 2, não paginado, 2000.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão: Economia Solidária e Utopia. **Otra Economía**, v. 2, n. 3, p.27-40, 2008.



NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

NOVAES, Henrique et al. **Gestão Pública e sociedade**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. v. 1.

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Cidade, v.16, p. 305-332, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n.1, p.77-98, 2005.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos PAGU**, Campinas, v.11, p.89-98, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa. **A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: resultados do 2º Mapeamento e Cadeias Produtivas Solidárias no Estado**. São Leopoldo: UNISINOS, 2013.

SANTOS, Graciete. **Economia solidária e feminista um encontro possível**. [2009?].

Disponível em:

<[http://www.fbes.org.br/biblioteca22/economia\\_feminista\\_um\\_encontro\\_poss%EDvel](http://www.fbes.org.br/biblioteca22/economia_feminista_um_encontro_poss%EDvel)>.

Acesso em: 12 ago. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não Capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

SCHMIDT, Carlos. **A Economia Solidária: panaceia do capitalismo pós moderno ou um caminho pro socialismo**. Faculdade de Ciências Econômicas UFRGS. Porto Alegre: 2010. (Textos para discussão – NEA/ITCP).

SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: NASH, Mary; AMELANG, James (Org.). **Historia y género: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea**. Valencia: Alfons El Magnanim, 1990.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SOUZA, André Ricardo de; SINGER, Paul (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão Como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

**ANEXO A – Fichas de Informações das Trabalhadoras**

Guayí- Gt de Assessoria Técnica em Economia Solidária

**Ficha de Informações das (os) Trabalhadoras (es) - FIT**

1.	Empreendimento:	Município:
2.	Nome completo da trabalhadora:	
3.	Endereço residencial completo:	CEP:
	Telefones:	
	Endereço eletrônico:	
	CPF	Identidade
4.	Idade:	
5.	Estado civil <input type="checkbox"/> solteira <input type="checkbox"/> casado <input type="checkbox"/> separada <input type="checkbox"/> divorciada <input type="checkbox"/> viúva <input type="checkbox"/> outro Qual? _____	
6.	Qual sua raça/etnia? <input type="checkbox"/> branca <input type="checkbox"/> negra <input type="checkbox"/> parda <input type="checkbox"/> indígena <input type="checkbox"/> amarela	
7.	Tem filhos/as? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Quantos de 0 a 18 anos? _____ Quantos acima de 18 anos? _____	
8.	Tem pessoas sob seus cuidados? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Se sim Informar quantidade: <input type="checkbox"/> Filhos <input type="checkbox"/> Netos <input type="checkbox"/> Idosos <input type="checkbox"/> Outros. Quais?	
9.	Qual sua escolaridade? _____	
10.	Tem algum curso de qualificação? <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Qual?	
11.	Por que escolheu trabalhar com este segmento produtivo? (Ex: confecção, artesanato, alimentação)	
12.	Qual sua renda média mensal (somente) por meio do trabalho no grupo/EES? R\$	

13.	Possui outras fontes de renda (FR)? ( ) Não ( ) Sim. Qual valor e tipo? (aposentadoria, pensão,bolsa família) Fonte de Renda: _____ R\$ _____ Fonte de Renda: _____ R\$ _____
14.	Qual a renda Familiar total, incluindo a sua renda? R\$ _____
15.	Onde a produção é feita? (pode assinalar mais de uma alternativa) ( ) Na sede do grupo/empreendimento ( ) em casa ( ) Outro espaço. Qual? _____
16.	Por que optou por produzir neste local? ( ) Para conciliar com os afazeres domésticos ( ) Não há outro lugar disponível ( ) outros motivos. Quais? _____
17.	Os equipamentos/ferramentas/instrumentos utilizados na produção são: ( ) próprios e os mesmos que utilizo em casa ( ) próprios e exclusivos para a produção ( ) do grupo/empreendimento ( ) Outro. Qual? _____
18.	Como seu tempo é distribuído para o trabalho no empreendimento, o trabalho doméstico e os cuidados com a família, etc. Informar o percentual aproximado. ( ) % para o trabalho doméstico e cuidados com a família ( ) % para o trabalho junto ao empreendimento ( ) % Outro. Qual? _____
19.	Além da renda e da produção, para você o trabalho no grupo/ empreendimento é importante por quê?
20.	O que mudou na sua vida depois de entrar no empreendimento?
21.	Você participa de alguma entidade ou movimento social? ( ) Não ( ) Sim. Qual? _____

22.	<p>Sabemos que a discriminação que as mulheres sofrem na sociedade, as vezes as vezes se concretiza em situação de violência, psicológica ou física, que podem acontece de diversas formas (em casa, no trabalho, na rua, violência moral, sexual, física, ameaças, constrangimentos, etc.). Você já foi ou é vítima de alguma destas formas de violência?</p> <p>Sim( <input type="checkbox"/> ) Qual(is)? _____</p> <p>Não( <input type="checkbox"/> )</p>		
23.	O que você planeja para o futuro da sua vida pessoal?		
24.	O que você planeja para o futuro do grupo/ empreendimento?		
<b>Agente:</b>		<b>Estado:</b>	<b>Data:</b>